

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MAIO DE 2015

NÚMERO 6.826

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 019ª Sessão Ordinária realizada em 19/03/2015..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 10</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Publicação 12 Aviso de Publicação 12 Extrato 12 Ofícios 12 Portarias 13 Projetos de Lei 14</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de registrar a presença do prefeito Paulo Franscescki, da cidade de Zortéa, acompanhado dos seus assessores, que está

aqui nesta Assembleia Legislativa acompanhando a sessão neste momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado João Amin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quería cumprimentar o sr. presidente, Gelson Merisio, os deputados Antônio Aguiar, Cleiton Salvaro e Neodi Saretta.

(Passa a ler.)

“O que me traz à tribuna nesta manhã de quinta-feira, dia 19 de março, é que neste dia, em 1898, morria aquele que é considerado o príncipe do Simbolismo no Brasil, movimento literário da poesia, surgido no final do século XIX.

João da Cruz e Souza nasceu aqui, na Vila Nossa Senhora do Desterro, capital da Província de Santa Catarina. O ano corrente era 1861 e os pais eram escravos do Marechal Guilherme Xavier de Souza e dona Clarinda Fagundes Xavier de Souza. O casal não teve filhos e o marechal, ao morrer, deixa em testamento pequena quantidade de dinheiro e uma parte do solar onde morava, localizado no Largo da Maçonaria.

Pelas mãos de dona Clarinda passou a estudar no Ateneu Provincial, onde foi aluno de Fritz Müller - sábio reconhecido inclusive na Europa e amigo pessoal da Charles Darwin -, que chegou a prognosticar: ‘És um grande talento e vais ser um homem ilustre no Brasil’.

Adolescente, fazia rimas juvenis às primeiras namoradas e o jovem materializou-se, deputado Natalino Lázare, poeta sob a luz de um lampião, ali na esquina da rua Conselheiro Mafra com a rua Trajano - naquele tempo rua do Príncipe com rua do Livramento, rua esta, deputado Gelson Merisio, onde iremos caminhar domingo à tarde, na Procissão do Senhor dos Passos.

Em 1883 o poeta deixa Desterro com a Companhia de Teatro Ismênia dos Santos, na condição de ‘ponto’, e vai para São Paulo, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Bahia. É na Bahia, em 1884, aos 23 anos de idade, que profere o famoso discurso em favor da abolição.

Em 1885, com o amigo Virgílio Várzea, publicou o livro ‘Tropos e Fantasias’. Em 1887 foi tentar a vida no Rio de Janeiro, mas pouco depois voltou sem sucesso. Nova tentativa em 1889, quando conseguiu emprego e passou a colaborar com jornais e revistas, tornando-se líder de uma geração para, em seguida, ser alçado à condição de maior expressão do movimento Simbolista.

Lançou, em 1893, o livro ‘Missal e Broquéis’; nesse mesmo ano casou com Gavita e foi nomeado arquivista na Central do Brasil.

Atingido pela tuberculose, buscou tratamento em Sítio, Minas Gerais, mas lá faleceu, em 19 de março de 1898. O corpo foi despachado para o Rio de Janeiro num vagão de trem para transporte de gado e enterrado no Cemitério de São Francisco Xavier. Ainda em

1898, após sua morte, foi publicado o livro 'Evoações'. Em 1900, saiu a coletânea 'Faróis'.

Gavita morreu em 1901, também de tuberculose, mal do qual acabaram morrendo os três filhos do casal. Em 1905, foi editado em Paris o livro 'Últimos Sonetos'. Na data de hoje completamos 116 anos do seu falecimento e, nesses mais de 100 anos, o poeta libertou-se dos conflitos terrenos, entre eles o preconceito e a agonia das doenças que lhe perseguiram ao longo da sua vida.

Já em 26 de novembro de 2007 seus restos mortais foram trasladados para Florianópolis onde permanecem depositados numa urna exposta no Museu Histórico de Santa Catarina, no Palácio Cruz e Souza.

Gostaria de terminar esse pronunciamento falando a primeira estrofe do poema que mais me chama a atenção: Velho vento vagabundo.

Velho vento vagabundo!
No teu rosar sonolento
Leva ao longe este lamento,
Além do escárnio do mundo."

Termino a minha fala também destacando que, hoje mesmo, encaminharei um pedido ao governador do estado de Santa Catarina para que seja feita a revitalização do espaço, que está em condições periclitantes, que é o seu mausoléu no Palácio Cruz e Souza.

Um bom dia a todos!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham.

É uma satisfação poder, mais uma vez, ocupar esta tribuna, e hoje quero trazer, deputado Natalino Lázare, nosso presidente da comissão da Agricultura, um importante debate que fizemos ontem com a presença do secretário, em que esta comissão assume um papel importante na articulação entre Executivo, governo do Estado, representando a nossa comunidade catarinense.

Lá debatemos vários temas que são, com certeza, de grande importância para os nossos municípios, temas atuais, inclusive com a presença dos nossos prefeitos, vice-prefeitos, prefeitas, vereadores, lideranças municipais, que estão na Capital, nestes dias, participando do encontro da Fecam. São temas relacionados aos nossos municípios, ao desenvolvimento municipal, e nós estamos trazendo aqui um debate que vem, em apelo, dos nossos municípios, dos nossos prefeitos, prefeitas, que é o tema de uma ajuda do estado, a contribuição do estado, também, com os municípios, na questão da manutenção das estradas do interior.

Vemos aí, cada vez mais, os caminhões aumentando nas regiões da madeira, nas regiões do leite, regiões da suinocultura, da avicultura e de outras atividades, e os municípios, sozinhos, não conseguem mais dar conta. Então, sugerimos ao secretário Moacir Sopelsa que o estado crie um programa de apoio aos municípios, porque não é justo que os municípios assumam sozinhos esta responsabilidade, especialmente na área da madeira, onde não se industrializa no município, só se produz matéria-prima e o município fica com um resultado muito pequeno e fica com o prejuízo. Então, é justo que o estado ajude.

Outro tema importante, é que eu fiquei perplexo assistindo ao diretor da secretaria da Educação dizendo que a agricultura familiar não tem condições de entregar os produtos para alimentação escolar. Isso é uma vergonha para nós, catarinenses, pessoas falando isso. De um dia para o outro, é verdade, os agricultores não estão preparados para entregar. Agora, temos a Epagri, a Cidasc, temos a secretaria da Agricultura, temos

investimentos como Pronaf e tantos outros recursos que podem, sim, em pouco tempo, resolver isso. Então, o papel da secretaria da Agricultura e da Epagri é sentar e discutir isso, encaminhando urgente um programa para a agricultura familiar poder fornecer os 30% da alimentação.

Não dá para admitir isso! Então, ontem, fizemos esse apelo ao secretário também.

E outro tema é a questão do leite. Não é possível perder essa dimensão, essa capacidade, essa capilaridade que temos hoje na produção leiteira pelas pequenas propriedades. O estado precisa urgentemente construir um programa de estratégia pública. Não é possível estarmos nas mãos das multinacionais, que muitas vezes ainda pegam o dinheiro público do BNDES, do Banco do Brasil, excluindo as penas propriedades, cumprindo um papel, justamente ao contrário do estado, que é incluir as famílias, um papel social e não um papel de concentração em grandes propriedades.

Para esse produto, o leite, temos a maior urgência de construir uma estratégia pública. Precisamos usar nossos instrumentos, usando os espaços de pesquisas da Epagri. Esses lugares têm que ter um laboratório de experiência, de estudo, de extensão para os agricultores aprenderem com os técnicos e levarem às comunidades. A Epagri tem que assumir esse papel. Os nossos centros de pesquisas estão abandonados, precisam de investimentos para que a agricultura familiar possa usufruir desse capital, que é o nosso centro de pesquisa da Epagri.

Então, essas questões são fundamentais para pensarmos num projeto a longo prazo para o nosso estado.

Além disso, temos outros temas, como o da energia elétrica, que é um gargalo. E nós estamos aí preparando um projeto nesta área.

Então, a agricultura familiar faz um apelo para contribuirmos com essa estratégia.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Realmente a reunião no dia de ontem, com a presença do secretário de Agricultura foi muito produtiva. E o que achei produtivo foi o debate que estabeleceu e as ideias que v.exas. colocaram.

Esta Presidência da comissão, inclusive, na próxima semana, pretende elencar essas ideias que v.exa. está trazendo agora e fazer disso o nosso norte, o nosso documento, a nossa sugestão ao governo para exatamente trabalhar nessa direção. Inclusive essa Presidência está entrando em contato com a assessoria do governador para elencarmos isso tudo e levarmos como plano de trabalho, porque é um assunto extremamente relevante.

Quero cumprimentá-lo, porque também outros deputados da comissão apresentaram outras ideias que realmente vem ao encontro de um maior desenvolvimento da agricultura de Santa Catarina.

Por isso, a minha solidariedade, meus parabéns e vamos cerrar fileira, porque o setor produtivo é o mais importante alicerce de desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Com certeza vamos juntar forças para contribuir com esse setor tão importante do nosso estado.

Por último, gostaria de dizer que ontem acompanhava aqui algumas falas e um dos temas que me chamou a atenção foi o Fies - Financiamento da Educação Superior.

Tivemos algumas mudanças, sim, nesse programa, que eram necessárias. Nós estávamos simplesmente pagando com dinheiro público a educação, com vários problemas. Eu citaria dois aqui: as universidades aumentavam os valores a

qualquer custo, não havia critério e para entrar nas universidades não tinha critérios claros.

Então, não é mudar a regra do jogo andando, essa mudança não é para os novos alunos, mas especialmente para as universidades não aumentarem demais as mensalidades dos nossos alunos. Então, entendo que há de se criar critérios.

Outro tema que tratei ontem aqui, e reafirmo, é que podemos até ter um processo de crescimento do desemprego, mas isso não está certo hoje ainda. Anuncia-se há muito tempo, desde o ano passado, mas até agora, felizmente, não tivemos ainda o impacto da crise internacional.

Felizmente, o nosso emprego continua firme, com o mesmo número de trabalhadores empregados que nós tivemos no ano passado, com algumas oscilações normais, especialmente nesse primeiro período do ano.

Sendo assim, torcemos para que não tenhamos essa triste realidade que temos em outros países, como na Espanha, onde há mais de 20% de desempregados. Trabalhamos com a perspectiva de continuar gerando emprego, de continuar gerando o trabalho para os catarinenses, para os brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Inscrito o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia de deixar de me manifestar no sentido de parabenizar todos os parlamentares que estiveram nas ruas no último final de semana, no último dia 15, demonstrando a indignação deste Brasil, não apenas com a questão político-partidária, mas acredito que foi uma manifestação muito maior com a atuação de toda a classe política brasileira, com a situação do nosso país como um todo, com a situação histórica que o Brasil vem vivenciando, um país que precisa de uma grande reforma tributária, de um grande pacto federativo - muito defendido pelo senador Luiz Henrique da Silveira -, de uma reforma política, um país onde as pessoas pagam impostos, mas querem o retorno. Quando pagamos algo que traz retorno, vale a pena; injusto é pagar e não receber de volta aquilo que se paga.

Por isso, o Brasil tem que, de uma vez por todas, fazer profundas mudanças. E aqui eu quero fazer uma reflexão: será que esse Congresso Nacional que foi eleito pela atual regra, pelo atual sistema, consegue votar reformas profundas? Será que não seria necessária uma Constituinte, em que você possa ter um congresso específico para votar as questões da reforma tributária, da reforma política, da reforma previdenciária, da reforma do sistema trabalhista, da reforma de vários aspectos que nesse país foram gerados benefícios, mas também muitos problemas com a Constituição? Será que não é uma Constituinte que vai, de uma vez por todas, mudar este país? Será que o atual congresso, depois do que a gente viu ontem, com a demissão de um ministro, um desrespeito total da classe política neste país vai mudar o nosso Brasil como os brasileiros querem?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Esse é um tema muito profundo que precisamos enfrentar, e talvez a sociedade tenha dúvidas justamente por onde passa as necessidades. O importante é que o povo se manifeste, que o povo fale, que o povo vá para as ruas. Agora o desafio é por onde passa essas grandes transformações que o povo cobra. O que nós precisamos fazer? Precisamos nos desafiar a reconstruir este Brasil, neste novo momento.

V.Exa. fala muito bem e entendemos que a gente precisa convocar uma constituinte

especial para fazer uma reforma política necessária no nosso país, porque entendemos que quem se elegeu com as atuais regras vai ser muito difícil querer mudar. Todos falam em reforma política, mas que reforma é essa, até onde vamos? Nós vamos retroagir a representação, de fato, o modelo político no Brasil, ou vamos avançar para ampliar a democracia? Sempre falamos na reforma tributária, por exemplo, mas sabemos que os estados ricos não querem perder, porque na reforma tributária precisa haver um reequilíbrio. Ninguém quer perder!

Sobre a fala do ministro, tenho certeza que muitos brasileiros gostariam de falar o que ele falou, mas como ele estava numa posição de ministro, realmente não tinha mais condições de ficar lá e foi correto pedir demissão.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - No último domingo tivemos no Brasil mais de um milhão e meio de pessoas indo para as ruas. Mais de 40 cidades só em Santa Catarina. Em Blumenau, por exemplo, 40 mil pessoas; em Balneário Camboriú, aproximadamente 40 mil; em Florianópolis, 30 mil pessoas; no Brasil inteiro, mais de um milhão e meio de pessoas. E isso não é um ato simples, é um ato que tem que ser levado em consideração. Nós parlamentares temos que levar em consideração e entender o que a sociedade espera de nós, o que ela quer realmente de nós e qual a nossa postura. Mas espero que o Congresso Nacional crie vergonha na cara e possa, de uma vez por todas, votar as reformas, não que sejam melhores para quem está lá, mas que sejam as verdadeiras reformas para as próximas gerações corrigindo os erros cometidos pela Constituição de 88, mantendo os acertos. Mas corrigir aquilo que trouxe um encarecimento da estrutura pública, que faz com que o cidadão pague imposto e não tenha o retorno. Esse é o grande problema, eu acho que esse é o grande cerne de todas as reclamações. O povo está cansado de pagar e não receber pelo serviço que paga. Se recebesse, com certeza, não estaria na rua protestando. Espero realmente que agora, de uma vez por todas, o governo federal crie vergonha na cara, junto com o Congresso, e faça as grandes reformas. E espero que o povo continue fazendo essas manifestações de forma pacífica e ordeira.

Ontem, participei de uma reunião com o governador, que recebeu o ministro Kassab na casa da Agrônômica. Estavam reunidos vários secretários. O governador mostrou projetos, pediu apoio do governo federal e recursos para obras. Realmente o governador vem realizando realmente muitas obras no estado, prova disso é que, na última segunda-feira, ele esteve em Itajaí assinando a ordem de serviço para a melhoria do porto de Itajaí, da bacia de evolução, uma obra de mais de R\$ 100 milhões. Trata-se de obra importante para a geração de empregos neste estado. E Santa Catarina foi líder nesse quesito no país nos últimos meses, ganhando em números absolutos até de São Paulo. Um estado pequeno como o nosso é líder nacional na geração de empregos. Isso mostra que Santa Catarina tem um governo diferente. Também tem erros e precisa corrigi-los, mas o governador Raimundo Colombo criou um grande pacote de investimentos através do Pacto por Santa Catarina, e isso com certeza vai mudar a história deste estado.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Quero parabenizar v.exa. pela sua manifestação neste dia. Estivemos também, ontem, na reunião com o governador Raimundo Colombo, o ministro Kassab e toda equipe do governo e do ministério. Foi um dia muito produtivo para Santa Catarina. Teremos investimentos importantes na mobilidade urbana, principalmente aqui na capital do estado, na região de Blumenau, de Jaraguá do Sul. Foi apresentado

um projeto para saneamento básico nos pequenos municípios, com até dez mil habitantes. É um projeto muito amplo e importante. Trata-se de uma parceria fundamental entre o governo do estado e o federal.

Temos certeza de que o ministro Kassab vai fazer uma grande gestão. É um ministro sensível às demandas nas ruas. Ontem, em sua manifestação no evento da Fecam, enalteceu o novo Pacto Federativo no Brasil, com a redistribuição dos recursos públicos fortalecendo os municípios.

Então, sem dúvida nenhuma, em Santa Catarina temos o apoio do ministro Kassab e do governo federal. E o estado está crescendo sob a liderança do governador Raimundo Colombo, que vem trazendo mais e mais investimentos, sem contar a geração de empregos. Podemos dizer que 30 mil novos empregos foram gerados somente este ano, o que prova que estamos evoluindo.

Quero parabenizá-lo pela manifestação que fez.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Realmente a reunião de ontem foi muito produtiva. Fico feliz quando vejo um governador apresentando projetos, indo aos municípios, assinando ordens de serviço, tendo tempo para inaugurar obras, conseguindo fazer a ação de governo que o catarinense espera. Mas para que o governador Raimundo Colombo possa continuar esse trabalho, terá que fazer algumas reformas administrativas no seu governo, reduzindo os custos, os cargos comissionados, a despesa com o custeio da máquina pública. Se não fizer uma profunda reforma reduzindo, por exemplo, a estrutura das regionais, reduzindo uma quantidade de agências que existem no estado, ou seja, diminuindo o custo da máquina pública estadual não haverá dinheiro para garantir todos os investimentos que estão programados.

Parabéns governador e coragem para tomar as decisões que irão doer para a classe política, mas que agradarão ao povo que precisa de emprego e renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, formado pelo PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, quero fazer aqui um registro.

Estamos ouvindo o clamor nas ruas em virtude das pessoas estarem desacreditadas com o governo federal, mas começo a sentir também que algumas pessoas estão preocupadas com a situação do governo estadual. Há pouco me deparei com um grupo de pessoas que lamentavam a falta de atenção por parte de alguns setores do governo no que se refere ao que os deputados reivindicam, aquilo que aqui é reclamado e aprovado.

Nós fizemos um discurso há poucos dias com relação à situação da rodovia Beto Carreiro e continua igual. Apenas pedimos que a rodovia fosse limpa, que o mato fosse roçado, que melhorassem a iluminação. Quando fui governador priorizava algumas obras. Aqui falamos, discutimos, deixamos o recado, mas esse não encontra eco no governo.

Então, queria pedir ao líder de governo para que alerte o secretário. Trata-se de pouca coisa, mas é de fundamental importância para o turismo e para a segurança da população da região. Inclusive ontem, infelizmente, ocorreu outro acidente naquela rodovia.

V.Exas., ontem, acompanharam pela televisão que o ministro da Educação esteve no Congresso Nacional para se explicar e foi muito agressivo. Ele ofendeu o presidente daquela

Casa. O ministro da Educação deste país, que tem a obrigação de educar, orientar e projetar o futuro de estudantes adolescentes, fez publicamente ofensas, algumas até impúblicas, aos parlamentares. O líder do PSDB na Câmara Federal disse: "Só há duas opções: ou o ministro se demite do cargo, ou a presidente Dilma o demite. Ou, então, os 400 deputados da base assumem que são o que o ministro disse."

O ministro da Educação da "bátria educadora", como diz a presidente Dilma Rousseff, não deu exemplo e, felizmente, se demitiu. Ele saiu da Câmara Federal dirigindo o próprio carro, por telefone pediu demissão e atendeu ao pedido do líder do PSDB na Câmara Federal. O Brasil está sem ministro da Educação.

A situação não está boa. Estamos nos deparando com a notícia de que R\$ 1,2 bilhão foram passados para 300 contas bancárias na Suíça. O governo suíço mandou investigar as contas em função do "Petrolão". Quero sugerir que esse dinheiro possa ser dirigido para a Educação. Ora, não deve voltar para a Petrobras! A Petrobras tem como se recuperar, tem seus percentuais de investimento. É preciso que o governo brasileiro busque, resgate esse dinheiro e invista na Educação. E também possa buscar um ministro da Educação mais educação.

Eu estive ontem, como vários parlamentares, representando esta Casa aqui no Centro de Eventos, onde a Fecam está realizando um encontro de grande importância e de reivindicações dos municípios, e ouvimos o ministro das Cidades, o sr. Gilberto Kassab, e ele não citou nenhuma vez a sua presidente. Ora, um ministro das Cidades que sai de Brasília, vem a Florianópolis para falar para 295 prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, assessores, parlamentares, governador, e em nenhum momento se refere à presidente Dilma Rousseff ou que ele iria cumprir alguns compromissos? Eu notei e fiz uma análise de seu discurso brilhante, animador, mas não sei por que o ministro não se referiu a sua presidente, apenas ao governo federal, mas citou Dilma Rousseff. Até os ministros estão com medo de se pronunciar.

Lá estavam pessoas sofredoras, prefeitos sofredores. Eu sou municipalista e sei das dificuldades que cada um, sabemos que eles querem resgatar o que lhes pertencem, porque eles produzem, trabalham. Os municípios é que geram os impostos para os estados e para a nação, mas infelizmente, o retorno não chega.

Quando vai um prefeito a Brasília tem que procurar um deputado da base aliada, que tem que beijar a mão do ministro ou da presidente. Eles pedem um Pacto Federativo, eles pedem uma reforma tributária e não há um. Acredito que nenhum de nós aqui, e com todos os deputados federais com que falei, com todos os senadores com que tive a oportunidade de conversar, sem exceção, querem uma reforma tributária, que não acontece. As coisas parecem que param e não é uma coisa nova não, isso é de tempo.

Eu quero aqui ser justo e dizer que isso também existia na era do Fernando Henrique Cardoso, porque Tancredo Neves já falava em 1980 que teríamos que ter uma reforma, um novo Pacto Federativo para que os estados e municípios fossem beneficiados, pois não adianta uma nação rica sobrando dinheiro e o povo pobre, as cidades pobres, os prefeitos sem dinheiro, os estados sem dinheiro, isso foi passando, só que nesses últimos anos, especialmente esses oito anos para não dizer os 12, tornou-se um debate constante, um trabalho constante de assessores, de prefeitos, de deputados, de senadores, de governadores e não acontece. Existe alguma coisa que manda mais do que o desejo dos governantes, porque não é possível.

Eu queria, para finalizar, dizer que cada um aqui defende as suas regiões, falam o

que entendem, uns defendem os partidos, a Oposição faz oposição, a Situação faz situação e defende o governo, mas muitas vezes usam essa tribuna e falamos com veemência, mas entendam que tudo isso é uma questão política em defesa do seu partido, da sua cartilha, dos seus parceiros, dos companheiros, mas muitas vezes usam a tribuna para que possamos debater e mostrar à sociedade de Santa Catarina que o Parlamento está atento aos interesses do estado e da nação.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, os nobres colegas deputados e registrar, com muita alegria, a presença aqui no plenário do nosso secretário de estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, deputado Carlos Chiodini, que vem trabalhando com muita dedicação para fazer desta pasta aquilo que o povo espera, que é desenvolver o estado de Santa Catarina. Sabemos do seu talento, da sua capacidade intelectual e, a acima de tudo, da força de vontade que o referido deputado tem. Acredito que ele fará um excelente trabalho frente a essa pasta. Então, nos orgulha muito, a todos do PMDB, esse posto importante ocupado pelo deputado Carlos Chiodini junto ao governo do estado de Santa Catarina.

Eu estava prestando atenção aos pronunciamentos dos deputados Leonel Pavan e Jean Kuhlmann, todos eles migrando para o momento que vivemos em nossa nação, no nosso país. Mas para que nós possamos dar uma resposta efetiva à população, ao povo brasileiro, não tem como o Brasil fugir das três grandes reformas que precisam se encontrar ao longo dessa discussão. Precisamos de uma reforma política, que precisa ser a primeira a ser enfrentada, pois de discursos a comunidade brasileira já está cansada, precisamos de ações efetivas.

Mas há o velho dilema - e aí eu vejo como é difícil fazermos essa reforma política -, aquela situação de que ninguém quer perder direitos, deputado Dirceu Dresch, e principalmente votar um projeto que venha em prejuízo ao seu *status quo*, ou seja, ninguém quer cortar na própria carne. E aí quem está não consegue fazer as mudanças que a reforma política, evidentemente, vai exigir. Assim, temos que pensar mesmo, quem sabe, numa alternativa para essa reforma, mas se analisarmos pela competência e pelo voto que foi deferido nas eleições do ano passado, todos que estão no Congresso Nacional têm essa competência e a obrigação de fazer essa reforma, o que precisa é ter vontade para fazê-la acontecer.

Além da reforma política, precisamos enfrentar aquilo que ouvi pela vez primeira em 2001, quando acompanhava, então, a caminhada do prefeito de Joinville, hoje senador da República e ex-governador do estado, sr. Luiz Henrique da Silveira, que é revertermos o Pacto Federativo. Assim, de 2001 a 2015, treze anos depois, a conversa e o discurso começaram a ter eco em Brasília. Ontem ouvi atentamente ao pronunciamento do sr. Gilberto Kassab, ministro das Cidades, aqui no evento da Fecam e vejo que ele como um prefeito experiente também percebe essas dificuldades. Pensei que São Paulo, por ser uma cidade grande, não teria tamanhas dificuldades, já que arrecada muito, mas lá também tem as dificuldades porque o dinheiro concentrado em Brasília é muito dinheiro, alegra os olhos de todos que cercam o governo, mas para quem está aqui na ponta, dando satisfação ao seu povo dia a dia, que é o vereador, o prefeito, o vice-prefeito, têm pouco dinheiro para realizar justamente o que o povo quer: uma saúde de

qualidade; uma educação de qualidade; condições para deslocar sua produção; formas de incentivas para que os municípios possam, através de seus empresários, desenvolver ofertas de emprego; e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Então, o Pacto Federativo precisa ser revisto.

E outro item que eu julgo importantíssimo, e ontem ouvi a manifestação da nossa presidente da República e do ministro da Justiça, é enfrentarmos a corrupção. Só que nós não podemos enfrentá-la no susto, susto nós damos no filho quando ele está praticando uma arte, quando ameaçamos dar um castigo. Isso é um susto! E o que foi apresentado ontem como combate à corrupção foi um susto. Como se alguém dissesse: não cometa a corrupção senão vocês serão presos. Eu vejo que não é desta forma que vamos enfrentar a corrupção, temos que eliminar o princípio da corrupção, que é proibir por meios legais que o Brasil permita com que o ente público facilite ou propicie a corrupção, ou faça uso do momento em que está com o poder para facilitar a coisas e com isso obter algum benefício próprio ou alheio, de forma ilícita. É dessa forma que temos que enfrentar a corrupção. Também li manifestações da presidente de que a corrupção é uma senhora idosa, mas essa senhora idosa foi alimentada ao longo desse caminho, ela sozinha não chegou a esta situação.

Então, precisamos, neste momento, ter políticas que façam o revés dessa alimentação. Por que também vi uma senhora idosa ética, uma senhora idosa preocupada com a nação brasileira, uma senhora idosa que não caminha nos rumos da ilicitude. Que sentada acompanha momentos importantes em que administradores públicos - e não faz muito tempo, porque eu estou na vida pública desde o ano de 92 -, adquiriam, lá nos seus municípios, algo essencial para atender a sua população através de propostas simples. E essas propostas simples no momento da confecção do contrato era um motivo de orgulho para o administrador, a ponto de chegarem a ir para a rádio, para os jornais dizendo: "Olha no mercado da minha cidade eu compro determinado item por tanto, mas aqui na prefeitura eu estou comprando mais barato." E aí veio o advento da lei de licitações. Com o objetivo de coibir todo e qualquer acerto no momento da compra de um bem, de um serviço, por parte do ente público. E essa lei na verdade deu só mais segurança para a corrupção no país, para institucionalizar a corrupção no Brasil.

E isso a gente percebe em todos os cantos da nossa federação. Quem domina o processo licitatório, quem sabe de todo o emaranhado de leis que cercam o momento, desde a publicação até a realização do contrato, quem lida com determinado serviço ou oferta de produto sabe como o mercado se comporta, quem são os fornecedores e de que forma o processo todo vai andar.

O administrador não tem liberdade nenhuma de questionamento. Liberdade nenhuma. Então, a lei de licitações é algo primeiro a ser enfrentado nesse país para que possamos eliminar esse processo de corrupção.

Temos que estudar novas fórmulas e este é o meio de enfrentarmos direto todo esse problema. Cada um assumindo os seus compromissos. Lá no município os vereadores, nós aqui deputados estaduais a nossa obrigação de também fiscalizar o estado de Santa Catarina e assim os vereadores os municípios. E de uma forma mais tranquila e não institucionalizada como está hoje. Nós conseguimos fazer com que o corrupto tenha vergonha de ser corrupto.

Hoje a gente percebe que é vergonhoso ser honesto em determinadas situações. Está sendo vergonhoso. Então, precisamos de uma legislação que faça com que os administradores tenham segurança no

momento da compra, da aquisição, mas também temos que ter a segurança do povo lá de fora de que aquilo que está sendo feito, através desse administrador, é algo compatível com aqueles preços e a forma como o mercado se comporta.

Essa liberdade nós precisamos ter para fazer com que esse processo seja transparente como hoje a mídia, como os meios de comunicação oferecem esses meios da transparência. Só que não adianta ser transparente ao tempo em que a burocracia trava o processo e faz com que aquilo que poderia ser barato custe caro, muito caro. Nós temos aqui no país as obras de rodovia mais caras do mundo. Isso vai do município à nação, porque todo mundo sabe que o processo licitatório permite com que as coisas aconteçam desse jeito.

Mas é um debate que nós precisamos evoluir. E o ano é este. O momento é este. Nós estamos iniciando um mandato e neste ano precisamos dar uma resposta à sociedade. E Brasília precisa despertar. Nossos colegas, deputados federais e senadores precisam despertar. O problema não é de um partido nem de outro, mas de todos nós. O problema é brasileiro e o brasileiro exige essa resposta da população.

Encaminhei, sr. presidente, a esta Casa, esta semana, uma moção que trata sobre os limites territoriais dos municípios de Santa Catarina. Em 2013 eu fiz um levantamento nos 295 municípios catarinenses, através das câmaras, das prefeituras, e até aquele momento, quando ocupava a função de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, foram apresentados 48 problemas territoriais em municípios de Santa Catarina.

Nós temos uma legislação, de 2007, e que trata de assunto desta natureza, que diz em seu texto que a cada cinco anos o estado deverá fazer um processo de revisão desses limites entre os municípios para dirimir algumas dúvidas a partir do momento em que foram consolidadas essas divisas. E de lá até então não tivemos este trabalho sendo executado. Então tomei a iniciativa aqui pela assembleia de fazer esse levantamento e ofereci ao estado de Santa Catarina todos os problemas que tinha e a resposta que me veio foi no sentido de que precisamos fazer adaptações em Brasília.

Então, ontem apresentei a Moção n. 26.3 sugerindo que a Assembleia Legislativa encaminhe essa proposição ao Congresso Nacional no sentido de aprovar a legislação com o caráter estrito de fazer as retificações de limites territoriais, de municípios em razão de erro material ou formal de delimitação legal.

Nós temos uma legislação em Brasília que já foi votada, mas que acabou sendo vetada pela presidente. E nós precisamos que este assunto seja retomado para que assim possamos corrigir esses problemas que temos aqui em Santa Catarina. E acredito que esses problemas territoriais também acontecem em outros estados da federação.

Somente para citar um exemplo muito típico de uma comunidade no interior do município de Arabutã, mais precisamente Linha Jundiá e Linha Capitão, das quais o colega deputado Neodi Saretta conhece bem. Essas comunidades têm todas as suas raízes no município de Arabutã. Elas ajudaram a construir o hospital, ajudaram a construir a grande escola, convivem diuturnamente com as atividades de Arabutã, porém, no momento da formatação das divisas entre Arabutã e Ipumirim, acabaram pertencendo ao município de Ipumirim. Mas a sociedade, todos os moradores daquela comunidade, querem pertencer a Arabutã e nós não conseguimos fazer com que isso aconteça, corrigir essa distorção.

São laços de sangue, históricos, de colonização daquela comunidade com o

município de Arabutã. Nada mais justo que a gente fizesse um projeto de lei aqui na casa para corrigir esse problema. Nada mais justo. Porém, vamos incorrer no vício de origem, porque a competência é do governo do estado de Santa Catarina que hoje encontra dificuldades em virtude dessa normativa federal.

Mas temos que trabalhar nesse sentido. Por isso, encaminhei uma moção e peço a todos os colegas que a subscrevam, pois ela deve ser submetida à apreciação na manhã de hoje para que a gente consiga evoluir nessa questão. Não é justo que as pessoas vivam num local e não se sintam à vontade, não se sintam bem, não consigam partilhar da comunidade sabendo que tudo o que elas produzem neste município de riquezas não podem usufruir, e que é o município vizinho que recebe as vantagens das quais têm as suas raízes, a sua história. Não é justo que o recurso das suas riquezas vá para o município onde, delimitadamente, pertence a sua comunidade.

Então precisamos fazer essas alterações, corrigir estas distorções que nós temos em Santa Catarina, porque como frisei, são 48 municípios aqui em Santa Catarina que tem problemas de divisa. E alguns problemas são bem simples de se resolver, mas por causa dessas restrições legais nós não conseguimos evoluir dentro desse processo, mas é algo que precisamos também dar uma resposta e compete a nós encontrarmos as alternativas para corrigir esse problema.

Seria isso sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Nós estamos fazendo uma referência aqui aos vereadores de Capão Alto que estão presentes aqui no plenário. Vereador Junior Vieira, Nelson Lima, Cláudio Correa, Paulo Vieira, ao comandante da Polícia Ambiental de Lages, capitão Rambusch; e vereadores de Campo Belo, Ademir Martins; Claudinei da Silva, Denise Borges, e a servidora municipal Fátima Soldatti.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Bem-vinda a comitiva a este Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até oito minutos deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, prefeito Paulo, de Zortéa, já o saudamos anteriormente, demais lideranças, prefeitos e vereadores que estão aqui, alguns prefeitos e vereadores que estão em audiência aqui na casa, alguns também estão concomitantemente participando dos eventos promovidos pela Federação Catarinense dos Municípios que debatem assuntos de interesse das cidades, assuntos importantes em relação às questões que envolvem as comunidades municipais, as relações com o estado e com a União e, portanto, cumprimentamos todos os participantes do evento.

Quería, sr. presidente, aproveitar esta manhã para me referir a uma ação que está acontecendo agora, especialmente neste mês: a vacinação contra o HPV, o papilomavírus humano em meninas.

Nós já falamos sobre isso em outros anos, inclusive no ano passado destacamos

esta campanha, inclusive em relação à participação das escolas também, que tem um processo fundamental nisso, de lembrar dessa campanha importante. Embora a vacina possa estar disponível durante todo o ano, mas neste ano, neste mês há esta campanha intensa na vacina fornecida pelo Sistema Único de Saúde gratuitamente. Lembrando que na rede particular uma vacina dessa está na faixa, deputada Ana Paula, de R\$ 400,00. Então, é a oportunidade das meninas de nove a treze anos de receberem essa vacina.

Lembrando que este ano tivemos uma mudança na faixa etária para o recebimento da vacina, que passou de 11 para nove anos a 13 anos, além disso, foi ampliado às mulheres de nove anos a 26 anos que vivem com o HIV, para isso as portadoras do HIV devem apresentar em qualquer posto uma declaração médica para ter acesso à vacina gratuita.

A meta segundo dados da Divisão Epidemiológica de Santa Catarina é vacinar 80% das meninas que compõem o público alvo dessa campanha.

A campanha da vacinação do HPV ocorre em três etapas: a primeira dose disponível nos postos de saúde e nas escolas catarinenses é para meninas entre nove e 13 anos; a segunda dose é administrada seis meses após a primeira; e a terceira dose é aplicada cinco anos após a primeira.

É importante lembrar que o HPV é uma das causas mais frequentes do câncer do colo de útero e que o número de mortes da doença no país aumentou 28% em dez anos. Nós podemos com essa campanha de vacinação ter a primeira geração de meninas e mulheres livres desse mal e dessa ameaça.

E quero dizer que se fala tanto em saúde nesta tribuna, temos discursos frequentes a respeito da saúde, é importante trabalhar com afinco nessas campanhas de vacinação e prevenção. Eu lembro, prefeito Paulo, que numa ocasião, na condição de prefeito, indiquei uma secretária de Saúde e no dia que ela veio conversar sobre as suas missões eu dei a ela um papel por escrito com três metas e uma dessas eram as campanhas de vacinação sobre a prevenção de doenças, que fossem feitas com afinco, porque se tratava exatamente da prevenção. E quero dizer, para completar essa história com a secretária, que quando encerramos o mandato eu recebi de volta aquele pequeno papel que havia entregado a ela com as assinaturas de toda a equipe da secretaria da Saúde, com um anexo dos resultados que aquilo havia promovido.

Por isso, quero ressaltar a importância das campanhas de prevenção. Precisamos mais recursos para a saúde, mais dinheiro, mais obras, mas precisamos também de mais prevenção.

E essas campanhas aí estão, como a campanha da vacina do HPV, deputado Leonel Pavan, levando essa vacina para as meninas, de forma gratuita, que elas possam participar dessa campanha. E os dados fornecidos pelos especialistas demonstram que a vacina é segura. Também faço o apelo para que as escolas participem ativamente da campanha, que nenhuma escola deixe de participar desta campanha, que ajudem, deputado Maurício Eskudlark, porque realmente é uma campanha importante, e todas as meninas terão a oportunidade de receber a vacina gratuitamente, que com certeza vai ajudar a prevenir um mal que já acomete muita gente.

E quero lembrar um dado que foi divulgado e está no Atlas da Mortalidade por Câncer no Brasil, é uma publicação do ministério da Saúde, sendo que o número de mortes pela doença de câncer no país nos últimos dez anos aumentou 28%, passando de 4.191 mil óbitos em 2002 para 5.200 mil óbitos em 2012.

Então, temos agora essa campanha da vacinação do HPV e queremos destacar

isso, enaltecer essa ação do ministério da Saúde junto com a secretaria de estado da Saúde e as secretarias municipais de Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao Democratas.

(Pausa)

Na ausência de parlamentares do Bloco Frente Renovação, está encerrado o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0274/2014.

Também comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0222/2011.

Comunica, ainda, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0387/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0703/2014.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0006/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2015.

Não há emendas há redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0259/2014.

Não há emendas há redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0140/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0147/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0148/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Moção n. 0027/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, apelando pela garantia da continuidade de todos os atendimentos no Hospital São José, no município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0062/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca das obras de manutenção da Rodovia SC-414-II, conhecida como TransBeto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, quero apenas registrar que hoje estamos comemorando os 265 anos de emancipação do município de São José, nosso vizinho. O município traz uma marca importante e está em pleno desenvolvimento. E eu, como deputado estadual mais votado daquela cidade, sabedor da importância da data, cumprimento todos os moradores de São José, a prefeita municipal e aos vereadores, na certeza de que é um município que orgulha todos nós catarinenses.

Ato contínuo, na próxima segunda-feira, esta Casa sediará a sessão solene da Câmara Municipal em comemoração aos 289 da nossa capital, Florianópolis, ocorrido no dia 23 de março.

Então, é uma comemoração dupla, pois são duas cidades coirmãs e que poucos conhecem as divisas geográficas, que trabalham de maneira conjunta e será uma comemoração para toda população, pois poderemos refletir sobre o que desejamos melhorar, desenvolver e que o exemplo do povo de Florianópolis que escolheu esta cidade para nascer e viver e da mesma forma de São José, sirva de estímulo para trabalharmos o desenvolvimento dessas cidades garantindo esse paraíso que aqui vivemos e o orgulho de termos nascido e morarmos em Florianópolis e em São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Casa também cumprimenta todos os moradores de São José, bem como suas lideranças. É uma das cidades mais importantes de Santa Catarina.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ontem alguns médicos foram ao encontro de entidades médicas de Santa Catarina aqui em Florianópolis e ouvimos as solicitações dos presidentes do Conselho Regional de Medicina, do Sindicato dos Médicos e da Associação Catarinense de Medicina.

Esta foi uma das primeiras vezes que aconteceu tal reunião com todas as entidades. E foi uma coincidência, pois com a entrada tanto dos deputados Fernando Coruja e Dalmo Claro somos cinco médicos, ou seja, dos quarenta deputados coincidiu que estivéssemos aqui na mesma época conversando sobre esse tema que certamente é o mais importante e mais solicitado pelas pessoas em todas as partes do país.

Temos grandes desafios! Soubemos também e deveremos solicitar na próxima reunião da comissão de Saúde, a qual tive a honra de presidir ontem, com a ausência momentânea da deputada Ana Paula Lima, da situação do Hospital Universitário, o HU, que está com cem leitos desativados, o que é muita coisa. Isso representa muito em termos de atendimento médico, para uma população muito grande em torno de Florianópolis, São José e municípios vizinhos.

Certamente deveremos entrar em contato com os membros para saber o que a comissão, o que alguns deputados poderão eventualmente fazer para reativar esses leitos e fazer com que aquele hospital que forma tantos médicos no estado possa continuar esse trabalho importantíssimo que é 100% do SUS.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, dia 26, na próxima quinta-feira, teremos o Dia da Conscientização da Epilepsia. Se avaliarmos todas as pessoas que sofrem de epilepsia veremos que é uma população grande no estado, são milhares de pessoas e ainda, infelizmente, existe muito preconceito contra essas pessoas seja nos relacionamentos, seja na questão de obtenção de vagas de trabalho.

Então, tivemos essa iniciativa juntamente com a professora Kátia Link, que é a titular na UFSC, da neurologia e da neurofisiologia para que possamos divulgar,

fazer um barulho, entre aspas aqui na Assembleia Legislativa no hall de entrada para motivar as pessoas, e também divulgar na imprensa, fazendo enfim, todo o trabalho de conscientização, principalmente com este deputado ainda atuando nessa área de uma maneira bastante forte.

Então, tenho certeza de que no dia 26, com a colaboração também dos deputados, da imprensa e de todo aparato desta Casa e da própria universidade federal que se fará presente em peso, poderemos ter um grande dia, um belo exemplo de colaboração entre uma universidade federal e um poder do estado.

Neste sentido, semana passada tivemos uma audiência com o secretário da Saúde, dr. Murilo Capella, que estava substituindo o titular da pasta e solicitamos alguns equipamentos importantes para aquela universidade, principalmente na área neurológica, no caso um aparelho de eletromiografia, e o controle todo para se fazer através dos aparelhos para melhorar o setor de neurofisiologia, que faz com que o serviço todo de cirurgia de epilepsias esteja parado sem a presença desses equipamentos. Então, vamos agilizar de todas as maneiras para que se dê continuidade a esse trabalho tão comum de recuperação de pacientes, pois muitas vezes as drogas não funcionam, os medicamentos disponíveis, ou seja, são fármacos resistentes.

Por outro lado, vimos também no encontro com essas autoridades uma maneira de estreitarmos laços e recebermos o apoio e sugestões para matérias legais. Acho extremamente importante alguns posicionamentos no quesito do dia a dia da vida do médico, na questão salarial, nos acordos que foram feitos em 2012 e que encontram dificuldade de serem mantidos pelo atual governo do estado. Nós teremos algumas rodadas de negociação para ajudar algumas entidades.

Sr. presidente, ontem com a presença de v.exa. representando esta Casa, deputado Leonel Pavan, estivemos presentes no congresso da Fecam, no Centrosul, e ouvimos alguns discursos. Conversamos com algumas pessoas, mas o que mais chamou atenção foi a presença do ministro das Cidades, do governo da presidente Dilma Rousseff, que falou abertamente que é contra o centralismo de Brasília. Isso nos causou espécie porque é um discurso completamente novo, que vem reforçar todos esses ares novos da necessidade de uma mudança no tratamento tributário, na justiça tributária tão apregoada hoje em dia por todos os economistas que podem pensar na manutenção dos serviços essenciais, principalmente de saúde e educação.

Dentro da comissão de Saúde e da bancada médica há uma premência, há uma necessidade absoluta de encontrarmos dispositivos legais para abriremos um canal cada vez maior e mais certo, dentro do texto constitucional, seja do estado ou da federação para que a distribuição de verbas venha de encontro ao interesse dos municípios, porque é lá que eles vivem, e é lá que precisam dos atendimentos. É justamente lá que os prefeitos hoje em dia não encontram mais recursos suficientes para acompanhar o desenvolvimento da medicina, que cada vez está mais caro, e também para pagar os serviços disponíveis para o atendimento das várias especialidades.

Portanto, sr. presidente, venho aqui reforçar, não a minha espécie, mas uma dúvida muito grande em relação ao posicionamento do ministro, mas fiquei contente quando Gilberto Kassab, um companheiro de Câmara dos Deputados de 1989 até 2003, pertencemos inclusive a algumas comissões em conjunto e, sinceramente desejo sucesso e certamente quem sabe faremos uma visita solicitando apoio a vários municípios, conforme ele nos disse e também a todos os outros prefeitos presentes e ao próprio governador. Certamente

bateremos naquela porta para trazer recursos para nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo este horário para fazer alguns esclarecimentos e informes.

Recebemos hoje, deputado Dr. Vicente Caropreso, em nosso gabinete e também na Presidência, a visita de representantes da Apae de Blumenau, a qual sua mãe foi uma das precursoras. Inclusive, já relatei que a primeira Apae em Blumenau ficava próxima à minha casa. Minha mãe mora até hoje naquele local. Eles fazem um excelente trabalho. Realmente é uma Apae que é exemplo para o estado de Santa Catarina devido à dedicação dos profissionais, dos voluntários e também da comunidade de Blumenau e região, que têm ajudado bastante.

A Apae completará 50 anos na próxima semana e será realizada uma sessão solene de homenagem na Câmara de Vereadores. Mas este Parlamento não poderá deixar de homenagear essa instituição cinquentenária e realizará também uma sessão solene com a sua assinatura e com a assinatura dos demais deputados desta Casa, para fazermos um belo evento.

Sr. presidente, esteve hoje nesta Casa alguns funcionários da Apae, a presidente dessa instituição, a sra. Lorena Schmidt, a professora Ivone, para fazer a tratativa desse encaminhamento. E tenho certeza de que v.exa. vai querer participar dessa bela festa que vai acontecer no município de Blumenau.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Obrigado pelo aparte, deputada Ana Paula Lima, deputada guerreira, defensora de todo o vale do Itajaí e também do estado.

Vejo a realização dessa sessão com uma simpatia muito grande, deputada, já que a própria Apae leva o nome da minha falecida mãe, Estela Maria Caropreso, professora, batalhadora. E certamente nós faremos uma grande sessão solene para relembrarmos todo o trabalho feito pelas pessoas que começaram esse trabalho. Mas quero, principalmente, ressaltar a importância da Apae no contexto das Apaes do estado de Santa Catarina.

Parabéns pela iniciativa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputada.

Outro informe, sr. presidente, é que o deputado Vicente Caropreso presidiu, ontem, a comissão de Saúde e um dos temas tratados foi a nossa preocupação com relação ao hospital do município de Ibirama, onde foi feita uma reforma, sendo colocados dez leitos de UTI, a pedido de alguns parlamentares. Mas faz cinco anos que esses leitos não estão atendendo a nossa população. Claro que agora há uma iniciativa da comunidade, do governo também de privatizar, terceirizar esse atendimento à população, coisa que os funcionários do hospital, o Sindaúde e também a comunidade não querem aceitar.

Então, na semana que vem também vai ser realizada na cidade de Ibirama, na Câmara de Vereadores, uma audiência pública para debater esse tema, a fim de saber por que esses leitos de UTI ainda não estão funcionando, ser colocado nosso posicionamento contra a privatização, a terceirização do serviço, porque é um serviço público. É um hospital público que foi todo renovado, está muito bonito, mas que há cinco anos não está funcionando.

Assim sendo, o que vale apenas salientar para os demais parlamentares no que

tange aos hospitais estaduais é a nossa obrigação de participar também desse debate com a nossa comunidade.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, no restante do meu tempo, não poderia deixar de salientar que foi sancionada pela nossa presidenta Dilma Rousseff, no dia 9 de março, a Lei do Femicídio, tipificando um homicídio qualificado e incluindo no rol de crimes hediondos. Claro que eu gostaria que isso não acontecesse, mas é importante termos leis dessa natureza, para inibir a morte de mulheres no nosso Brasil.

A classificação do feminicídio como 'crime hediondo' impede que os acusados sejam libertados após o pagamento de fiança e estipula que a morte de mulheres por motivos de gênero seja um agravante do homicídio e aumenta as penas para as quais podem ser condenados, que poderão variar entre 12 e 30 anos.

Este é, sem dúvida, um avanço na história do nosso país. O machismo existente no Brasil tem que ser questionado, tem que ser combatido em diversas áreas. Aqui nós estamos falando de educação através das escolas, as quais têm que se atentar para esse tema através da cultura, das políticas públicas e também dos meios de comunicação, das mídias, que são imprescindíveis para debater um tema como este. O governo federal tem se dedicado a combater a violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica.

Há ainda muitos desafios. O Brasil tem leis e programas que estão sendo implementados, mas o serviço de atendimento às mulheres precisa ser expandido".

Santa Catarina, por exemplo, foi beneficiada com o empreendimento do governo federal, que é a construção, a instalação e também a manutenção da Casa Mulher Brasileira, que vai acontecer aqui na capital do nosso estado, e nós estamos cobrando agilidade do governo de Santa Catarina, para que essa instalação seja feita e construída o mais rapidamente possível. O que está emperrando, principalmente, é a deliberação de um terreno para a construção.

(Continua lendo)

"Essa lei dá uma mensagem muito clara para os perpetradores de que a sociedade identificando o feminicídio como um fenômeno específico. Esse tipo de lei tem um caráter preventivo.

Essa aprovação, sr. presidente, coloca o Brasil como um dos 16 países da América Latina que identifica esse crime com um nome próprio. E a grande vantagem é que a tipificação do feminicídio poderá aprimorar procedimentos e rotinas de investigação e julgamento, com a finalidade coibir os assassinatos de mulheres.

O governo federal quer mudar a atual realidade e é fundamental que as mulheres se sintam seguras dentro de suas casas e em suas relações. Essas vítimas, em inúmeras vezes, são tratadas como propriedade por seus parceiros e ex-parceiros, resultado em uma cultura machista e patriarcal.

A aprovação do projeto de lei é um recado claro de que a sociedade e a Justiça não toleram a violência de gênero.

O projeto prevê ainda o aumento da pena em um terço se o crime acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60 anos ou ainda pessoa com deficiência e se o assassinato for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima.

São medidas como essas que fazem do Brasil um país mais justo e igualitário. E nos últimos 12 anos, temos experimentado um novo Brasil que luta pela minoria, que não permite a discriminação e a violência."

Claro que não gostaríamos que existissem leis dessa natureza se também não houvesse homicídios dessa natureza, se as

mulheres fossem tratadas como respeito, se elas não fossem propriedade dos seus parceiros, ex-parceiros, namorados, maridos, amantes. Nós gostaríamos, sim, que as mulheres fossem tratadas igualmente.

Eu tenho certeza de que lei não é para punir, mas é para prevenir que os assassinatos de mulheres não aconteçam mais.

Era isto que tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputada Ana Paula Lima, como não posso apartear-la porque estou na Presidência, quero aqui fazer dois comentários.

O ex-deputado Julio Garcia e hoje conselheiro do Tribunal de Contas, através de um projeto de sua autoria, concedeu 1% de fundo social para as Apaes. E agora estamos encaminhando um projeto para que se não cobre o imposto da energia para as Apaes, assim como não se cobra imposto da energia de igrejas. Então, estamos pedindo também a isenção do imposto que é do estado.

Outra questão é a do hospital de Ibirama. Quando fui governador, atendendo pleito desta Casa e também daquela comunidade e pleito de v.exa., que é uma pessoa extremamente preocupada com a região, foram entregues lá dez leitos. Eles disseram que nós inauguramos sem estar pronto, não sei, mas os leitos foram entregues. Nós entregamos leitos moderníssimos, já se passaram cinco anos e daqui a pouco eles ficarão obsoletos, deteriorados, porque são camas modernas, leitos modernos. Infelizmente, não sabemos o que está faltando para que sejam entregues definitivamente à sociedade de Ibirama esses leitos tão importantes para a saúde.

Parabéns pelo pronunciamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu queria saudar aqui o prefeito Rudimar Guth, de Tigrinhos, o vereador Gilberto Cybulski, conhecido como Beto, as lideranças do município; o vereador Isac da Costa, de Penha, que está trazendo mais uma vez aqui suas reivindicações.

Penha está sempre pedindo policiamento, segurança, cidade município de Penha que pertence à comarca de Piçarras, mas que hoje é maior que a comarca de Piçarras. Agora o Tribunal de Justiça anunciou a criação da terceira vara na comarca de Piçarras, mas na verdade o ideal era criar a comarca de Penha. Setenta por cento dos processos da comarca de Piçarras, que inclui Penha, são do município de Penha. Então, é um município grande.

Outra reivindicação que v.exa., deputado Leonel Pavan, já falou desta tribuna, diz respeito à melhoria da iluminação da TransBeto, pleito esse que vamos renovar como as nossas lideranças do município de Tigrinhos. E o Beto, que cuida da saúde lá, quer apenas estar com a ambulância boa, nova, em condições, para levar os pacientes que precisam deslocar-se 200, 300km para ir a Chapecó, que ainda assim, é bem melhor do que ter que vir à capital, porque a distância é muito maior. Então, queria deixar esta homenagem.

Também estive com o prefeito da cidade de Penha, na semana passada, numa audiência pública para a refundação do Conseg daquele que, numa audiência bem concorrida na Câmara de Vereadores, foi novamente instalado.

Hoje pedi esse espaço para falar do aniversário de São José. Não poderia deixar de falar dessa querida cidade. Quando comecei a minha vida profissional, minha mãe lá morava. Eu vim de Canoinhas, estudei e fui para o oeste como delegado de Polícia, e a minha família

saiu de Canoinhas e veio para São José. E a dona Juventina Dal Pont, minha mãe, até hoje mora em São José e é ministra na igreja de Campinas, juntamente com o padre Hélio da Cunha, que por indicação nossa, recebeu o título de comendador pelo trabalho que faz nas quartas e quintas-feiras na igreja de Campinas, sempre completamente, quando acontece as novenas da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Todos que tem fé estão sempre participando daquela missa, daquele culto religioso, e sou padroeiro lá na festa de Santo Antônio, faço revezamento com a prefeita Adelianna Dal Pont, a quem neste momento parabeno em nome de todos os moradores de São José. Num ano a Adelianna é festeira e no outro ano eu sou. Todos os anos participamos dos eventos, principalmente em apoio ao trabalho social, espiritual e comunitário que o padre Hélio da Cunha e todas as pessoas ligadas à igreja de Santo Antônio fazem no município.

Eu entendo que a prefeita Adelianna Dal Pont, assim como todos os moradores, merecem o nosso reconhecimento e a nossa homenagem. Sei da determinação da prefeita, da sua preocupação com as questões do município como a Saúde e Educação. O município destacou-se quando ela foi secretária da Saúde por oito anos. Ela veio de Blumenau, à época, porque tinha conhecimento na área da Saúde para fazer um bom trabalho, e foi tão eficiente que acabou ficando oito anos como secretária e hoje é a prefeita municipal. Sabemos que é uma cidade que cresce, com muitos bairros, e nesse desenvolvimento desenfreado a administração municipal tem muito trabalho para, efetivamente, organizar o município.

Eu vi no jornal *Hora de Santa Catarina* que foi feita uma homenagem ao município enviando os repórteres para vários locais do centro histórico de São José. O jornalista Rodrigo Stipp relembrou passagens do centro histórico de São José, ponto nostálgico onde a cidade começou, meio esquecido com o tempo, em alguns momentos não tão preservados, mas é a referência da cidade. É o ponto da nostalgia dos antigos de lembrar onde tudo começou. Temos que registrar que por lá passaram Dom Pedro II, em 1845.

Janina Laurindo, que é a diagramadora do jornal, foi lá fazer a cobertura e falar da olaria Beira Mar, do trabalho lá realizado, da história, das pessoas que por lá passam, participam, e daquele bonito trabalho de preservação da história de São José.

A editora executiva, Ana Paula, foi falar da Beira Mar de São José, onde tantos josefenses hoje caminham, fazem exercícios, cuidam do corpo e da alma, porque é um lugar muito bonito.

Podemos falar de São José, de todos os bairros que temos lá, mas a Ponta de Baixo é uma referência, por isso a repórter Gabriela Wolf fez uma cobertura no referido bairro, ouviu pessoas e descreveu.

(Passa a ler.)

"A Ponta de Baixo, é um dos meus lugares favoritos em São José para relaxar, seja em um almoço de família num domingo em um dos ótimos restaurante de frente para o mar, ou simplesmente sentar em um dos banquinhos e admirar a paisagem. O bairro é pequeno e tem o seu nome pois o litoral vai mar adentro bem no final da baía de São José."

O jardim cidade de Florianópolis, foi retratado pelo Jorge Junior, subeditor de esportes.

O *Food Park*, da presidente Kennedy, foi retratado pela Celina Kleper, repórter *on-line*.

Enfim, toda a equipe fez uma matéria importante homenageando o município de São José. Então, gostaria de prestar essa homenagem a todos os moradores, até porque tive residência lá por um longo tempo e minha mãe ainda mora lá, a dona Juventina Dal Pont, da Igreja de Campinas, que deve estar nos assistindo e fica cobrando-me, às vezes -

sabem como é que é mãe -, de falar de tal assunto, senão, ela liga depois.

Então, deixo a minha homenagem à minha mãe, ao meu padrao, sr. Nicolau, e à população de São José, na pessoa da minha mãe, da prefeita Adeliãna e de todos os moradores.

O nosso registro também pelo trabalho do padre Hélio da Cunha, da igreja de Santo Antônio. Parabéns, São José! Parabéns a todos os josefenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputado Maurício Eskudlark, v.exa. é de São Miguel, de Balneário Camboriú e também de São José, é por toda Santa Catarina.

Gostaria também, da mesma forma, de cumprimentar aqui o Isaac Carvalho e demais companheiros da Penha, que estão reivindicando mais segurança. Nós encaminhamos também algumas questões que possam beneficiar o município de Penha. Sejam todos bem-vindos, bem como também os representantes da comunidade de Tigrinhos, que vieram reivindicar pela saúde.

Quero dar as boas-vindas a todos!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero parabenizar o município de São José, o município de Florianópolis na próxima segunda-feira, mas não podia deixar de dar os parabéns à empresa Hemmer, da minha cidade, de Blumenau, que completará amanhã 100 anos de existência. É mais uma que entra no rol das empresas centenárias no município de Blumenau.

Em 1915, o emigrante Heinrich Hemmer veio para Blumenau e ele decidiu usar o repolho como uma iguaria, sr. presidente, porque assim tal produto era usado na sua pátria, na Alemanha. E essa iguaria foi o primeiro produto da empresa Hemmer, o chucrute, que é gostoso e muito usado em todos os pratos da gastronomia alemã, principalmente na Oktoberfest.

Então, é uma empresa que tem 100 anos e ainda é uma empresa familiar. Hoje, quem está à frente dessa empresa são os netos, o Ericsson Luef, Anna Karina Luef, Christian Henrique Luef e o Alessandro Luef. São jovens que estão com uma dedicação exclusiva a essa empresa centenária e que muito nos orgulha, e não somente a cidade de Blumenau, mas o estado de Santa Catarina e o Brasil.

Então, parabéns à empresa Hemmer que completará 100 anos no dia de amanhã.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também queremos, em nome desta Casa, registrar os cumprimentos e fazer das suas palavras, deputada Ana Paula Lima, as palavras deste Poder.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, que tive a alegria de ter como meu secretário regional quando fui governador.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bons tempos, deputado Leonel Pavan, também gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar amigos que estão nos visitando, como o vereador Luiz Otávio Moretti Gamba, o Baguinha, de Bom Jardim da Serra, um vereador muito atuante naquela localidade; e também o vereador Paulo Ferrarezi, líder comunitário da cidade de Criciúma, o vereador mais bem votado naquela cidade pelo PMDB, juntamente com toda a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também registramos e damos as boas-vindas a esses representantes dessas duas cidades.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Quero cumprimentar inicialmente todos os prefeitos que participam desse grande encontro da Fecam.

Em nome do prefeito Vânio Forster, de Bom Jardim da Serra, saúdo os demais prefeitos que estão aqui nas galerias. Quero cumprimentar também os prefeitos que acompanham esse trabalho em nome da vereadora Maria Júlia, do município de Bombinhas, que diuturnamente tem-se empenhado no seu trabalho legislativo, no seu trabalho de assistência social, dando apoio aos seus municípios.

Quero ainda saudar todos os médicos de Santa Catarina em nome do presidente da Associação Catarinense de Medicina, dr. Rafael Klee de Vasconcellos; do presidente do Conselho Regional de Medicina, dr. Tanaro Pereira Bez; e do Cyro Soncini, presidente do Simesc; e do Rodrigo d'Eça Neves, presidente da Academia Catarinense de Medicina de Santa Catarina, que reclama que no computador não tem apóstrofe nem cedilha, e que, por isso ele virou Rodrigo Deca Neves.

Então, nossos cumprimentos a todos os médicos, em nome desses líderes, que ontem receberam a bancada dos médicos apresentando inúmeros questionamentos.

Destaco aqui que, em média, se observarmos as reclamações da população, 50% no mínimo de toda reclamação do serviço público, refere-se à saúde e os outros 50% são à educação, à segurança pública, ao trânsito, enfim, todas as reclamações que a população faz dizem respeito à prestação do serviço público.

Então, observamos que a metade de todas as reclamações é sobre a saúde e, justamente por isso, que o Cosemesc e a Academia de Medicina receberam os deputados médicos que querem, por meio dos médicos daqui, fazer um *link* destacando a importância de termos várias ações que dependem de todos para melhorar a maior queixa da população que é a questão da saúde.

E quando se fala em queixa, a questão da saúde naturalmente tem muito a ver com o financiamento, com quem paga a conta. Quer dizer, a saúde está mal porque o pagador da conta é que está ruim, ou seja, paga-se mal os hospitais filantrópicos, o profissional, os procedimentos médicos, também os profissionais contratados, e isso vai gerar uma prestação de serviços com certa deficiência que ocasiona essas reclamações.

Hoje, lendo o jornal *Município Dia a Dia*, da minha cidade, vi uma matéria em que um paciente relatou que o hospital de Azambuja estava induzindo o acidentado a contratar o seguro DPVAT, sem poder optar pelo atendimento do SUS.

O caso refere-se a um acidente de moto que quebrou o braço e foi operado. Depois de ser atendido, alguém o chamou dizendo que ele deveria trazer tais documentos para fazer a cobrança na sua conta através do DPVAT. O paciente disse que iria optar pelo SUS, uma vez que não precisaria fazer nada e nem dar o nome, pois o paciente que chega ao hospital o SUS é obrigado a atendê-lo. Ele é um acidentado do trânsito, o DPVAT é obrigatório, não é opcional, se fosse opcional poderia usar ou não usar o DPVAT porque ele não pagou o DPVAT, mas ele pagou com certeza absoluta, é obrigatório.

Agora, quando alguém sofre um acidente, tem que levar um boletim de

ocorrência, um documento para confirmar que, de fato, se acidentou, porque não pode ser um paciente fantasma e criar então uma cobrança que não existiu.

Então, é evidente que quem vai usar o seguro tem que preencher algum documento, isso dá certo incômodo, mas o atendimento pelo SUS não precisa nada, nem apresentar um documento e é evidente que o paciente escolherá o SUS. A indignação do cidadão foi tamanha que ele foi reclamar no maior jornal da cidade para dizer que lá no hospital o induziram a procurar o DPVAT.

Causa-me estranheza, não pelo fato ocorrido, porque as pessoas imaginam que o SUS paga o hospital, e paga mesmo! Mas pela lógica se o DPVAT é obrigatório, coloca-se no atendimento que o acidente é de trânsito, um boletim de ocorrência da polícia e, automaticamente, aquele paciente seria atendido pelo DPVAT e não pelo SUS.

Então, dá para entender que o paciente imagine que isso teria que funcionar, logicamente, sem o perturbar, até poderia ser também, mas analisemos a seguinte questão: o hospital atende acidentado pelo SUS e quem vai ficar com o dinheiro do DPVAT?

Isso induziu-me, sr. presidente, a apresentar nesta Assembleia um requerimento dirigido ao secretário da Saúde do estado para saber qual é o procedimento que o governo do estado, que a secretaria do estado, que o hospital do governo que recebe o dinheiro do SUS para se sustentar, que vem em cinco partes, sendo elas: uma do SUS e as outras do Tesouro.

Então, quando o acidentado é do DPVAT e a secretaria do estado não faz o procedimento pelo DPVAT, o que acontece? Uma parte vem do SUS, as outras quatro partes vêm do Tesouro, ou seja, vem do dinheiro de todos os catarinenses que, em vez de usar o dinheiro do seguro que o cidadão está pagando, usa o dinheiro dos catarinenses para pagar aquele procedimento.

Quero destacar que precisamos dar o procedimento e vamos dar, mas queremos saber quem é que está pagando, se é o DPVAT ou são os catarinenses novamente? Então, se todos nós somos obrigados a pagar o DPVAT, quero saber da secretaria estadual da Saúde, quando os hospitais do estado atendem pacientes acidentados de trânsito, quem é que paga a conta? É o estado? É a população catarinense ou é o seguro que a pessoa paga?

Esse é o questionamento que apresento a v. exas. A informação que tenho é que todos os procedimentos que acontecem nos hospitais públicos são bancados automaticamente pelo SUS, não se cobra da Unimed, do DPVAT.

Para encerrar, sr. presidente, apenas quero enfatizar que estou apresentando um requerimento ao secretário da Saúde do estado de Santa Catarina para que seja esclarecida a seguinte questão: acidentados do trânsito que são atendidos em hospitais públicos, quem é que paga a conta? O DPVAT ou é a secretaria estadual da Saúde? Relembrando que quando é a secretaria estadual da Saúde apenas uma parte, entre cinco, é do SUS, as outras quatro partes são pagas com o dinheiro do Tesouro do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero dizer que há pouco falamos das UTIs de Ibirama e quero deixar registrado que lá coloquei dez leitos, deputado Serafim Venzon, e também dez leitos em Ituporanga, e completamos 100% do exigido pela Organização Mundial da Saúde. O governador Luiz Henrique da Silveira deixou com 60%, índice fortíssimo, muito bom, e no meu período de governador, deputado Rodrigo Minotto, em apenas oito meses, colocamos 20 UTIs, sendo dez leitos em Ibirama e dez em Ituporanga.

Assim, completamos 100% do que a Organização Mundial da Saúde exige para a saúde em relação ao número de habitantes do estado. Esse 100% deu ao governador Raimundo Colombo condições para buscar recursos internacionais para a saúde. Nós fomos o único estado do Brasil que tinha 100% de número de leitos do exigido, mas ainda é

muito pouco. Apenas para esclarecimento e, certamente, faremos um pronunciamento sobre isso.

Não há mais oradores inscritos.
Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso

da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.
Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 384, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato da Mesa nº 137, de 27 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 385, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **JULIO BARBOSA MATIAUDA**, matrícula nº 2160, da função de Assessoria técnica-administrativa - Serviços de Apoio, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de março de 2015 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 386, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1840/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ALEXANDRE LUIS SOARES**, matrícula nº 1256, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3 e 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, que adicionado aos 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, código PL/DAS-6; 19,16% (dezenove vírgula dezesseis por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, código PL/DAS-3; 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3; 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5; e 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, concedido através do Ato da Mesa nº 515, de 9/8/2012, totalizam 90% (noventa por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 387, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2428/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

ATRIBUIR à servidora **CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES**, matrícula nº 7173, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 27 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 388, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2415/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **THESSALIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 25 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 389, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2509/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MIRIAM CRISTINA VALLE DALBOSCO**, matrícula nº 1533, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 25 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 390, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2356/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47, a contar de 29 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 391, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2506/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **LUIZ CARLOS PADILHA PUTTKAMMER**, matrícula nº 781, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, a contar de 30 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 392, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2417/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-50, a contar de 25 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 393, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2507/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **HENRIQUE JOSE DA COSTA**, matrícula nº 772, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, a contar de 29 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 394, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2414/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **KATIA LOTTIN**, matrícula nº 1638, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, a contar de 25 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 395, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2416/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, matrícula nº 1571, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, a contar de 25 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 396, de 19 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2379/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **CLARICE ROSA KUHL**, matrícula nº 1137, no cargo de Analista Legislativo, habilitação Nível Superior/Bibliotecário, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 397, de 20 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR A PEDIDO a servidora **CECILIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 717, do cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de Maio de 2015 (MD - Procuradoria).

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 398, de 20 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ALEX HELENO SANTORE, matrícula nº 4354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - Procuradoria).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valdir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 399, de 20 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento do servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, eleito para a Diretoria do SINDALESC, gestão 2014/2017, para atuar junto àquela entidade, com remuneração integral e sem prejuízo funcional, a contar de 1º de maio de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valdir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO, COM INSTALAÇÃO, DE CARPETE PARA O PLENÁRIO DA ALESC

DATA: 01/06/2015 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 01 de junho de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 18 de maio de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1300/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 0003/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO, LEITO E MICRO-ÔNIBUS, POR DEMANDA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA ALESC.

Vencedora: Lua Tur Turismo Ltda ME

Valor do Último Lance: R\$ 186,94

Florianópolis, 18 de maio de 2015

JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 058/2015

REFERENTE: Contrato nº 013/2015 celebrado em 11/05/2015
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Maria Helena Comércio de Móveis- EIRELLI-Me

OBJETO: O presente contrato tem por objeto:

1) Aquisição de móveis, sob medida, incluindo a montagem e instalação.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.400,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Ato da Mesa nº 128 de 27/2/2015; Autorização para Processo Licitatório nº 11 de 17/3/2015, partes integrantes deste instrumento, cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e; Edital de Pregão Presencial nº 2 de 27/4/2015.
Florianópolis/SC, 18 de maio de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
Fabrício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo
Cleber Karklin Nascimento- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 135/15

Ofício nº 029/2015 Rio do Campo, 07 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Campo, referente ao exercício de 2014.

Osnelda Borinelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 136/15

Ofício 18/2015 Joinville, 01 de abril de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville (AAPJ), de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Gisela Bruns
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 137/15

Ofício nº 014/2015 Joinville, 04 de março de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Amigos do Projeto Missão Criança, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Edson Radke
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 138/15

Ofício nº 011/2015 Iporã do Oeste, 05 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora das Mercês de Iporã, de Iporã do Oeste, referente ao exercício de 2014

Almir Z. Trevisan
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 139/15

Ofício nº 007/2015 Florianópolis, 14 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Ana Neri de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 140/15

Ofício n. 003/2015 - GP Tubarão, 08 de maio de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Tubarão, referente ao exercício de 2014.

Eva de Mendonça Fileti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 141/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, de Peritiba, referente ao exercício de 2014.

Tiago A. Cesco
Administrador

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 142/15

Florianópolis, 13 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Vera Regina Meyer Amaral
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 143/15

Of. 1130 - 2013-2016 Florianópolis, 08 de maio de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermon, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Francisco Vady Nozar Mello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 144/15

Ofício nº 043/2015 Porto União, 11 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto União, referente ao exercício de 2014.

Leocir Aloísio Weber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 145/15

Pomerode, 30 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, referente ao exercício de 2014.

Fredolf Raduenz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 146/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imaruí, referente ao exercício de 2014

Gilberto Heizen
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 147/15

Xaxim, 12 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Escola Especial Professora Marlene Stieven (APAE) de Xaxim, referente ao exercício de 2014.

Gilvane Toaldo Giachini
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 148/15

Urussanga, 11 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urussanga (APAE), de Urussanga, referente ao exercício de 2014.

Algemirio da Silva Damásio Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 149/15

Rio do Sul, março de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Protetora dos Animais Desamparados (APAD), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2014.

Jailson Amélio Losi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1608, de 19 de maio de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a Portaria nº 1413, de 7 de maio de 2015, que alterou o nível de retificação salarial do servidor LUIZ HENRIQUE LUCIANO DOMINGOS, matrícula nº 7025.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1609, de 19 de maio de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2383/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **LEONARDO LERMEIN**, matrícula nº 7895, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 22 de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1610, de 19 de maio de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
ALMERINDA LEMOS THOME	4968	3%	9%	3/5/2015	2530/2015
IARA GASSENFERTH	7943	27%	27%	1/4/2015	2085/2015
JOAO PAULO BORGES PAIXAO	6200	3%	3%	22/4/2015	2382/2015
LAIS NUNES MAXIMO DE SOUZA	7060	3%	3%	9/5/2015	2599/2015
THAMY SOLIGO	6371	3%	3%	22/4/2015	2455/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1611, de 19 de maio de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
6334	ALBERTO CECHECETO BECK	5/4/2010	4/4/2015	2527/2015
6345	CARLOS RENATO DOS SANTOS	5/4/2010	4/4/2015	2529/2015
6309	GABRIEL SCHRAMM SZENESZI	5/4/2010	4/4/2015	2519/2015
6306	GUSTAVO DZIS GIACOMINI	5/4/2010	4/4/2015	2502/2015
6321	LAURA CELESTE JAEGER GUBERT	5/4/2010	4/4/2015	2505/2015
6308	MAURI SILVEIRA DA SILVA	5/4/2010	4/4/2015	2501/2015
6307	MARIVANIA PIZZI	5/4/2010	4/4/2015	2503/2015
902	OTAVIO KOLLING	2/4/2010	1/4/2015	2401/2015
6336	PATRÍCIA SCHNEIDER DE AMORIM	5/4/2010	4/4/2015	2525/2015
6341	VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA	5/4/2010	4/4/2015	2521/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0159.1/2015

Denomina Governador Luiz Henrique da Silveira o Centro de Convenções de Canasvieiras, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica denominado Governador Luiz Henrique da Silveira o Centro de Convenções de Canasvieiras, no Município de Florianópolis

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Governador Luiz Henrique da Silveira o Centro de Convenções de Canasvieiras, no Município de Florianópolis, Pelos seus exemplos marcantes de dignidade e honradez, demonstrados ao longo de toda a sua brilhante carreira, pública e privada, Luiz Henrique da Silveira reúne méritos de sobra para merecer a singela homenagem que ora está sendo proposta, atribuindo-se oficialmente o seu nome ao Centro de Convenções de Canasvieiras, em Florianópolis, obra iniciada durante o seu governo e que recentemente foi concluído pelo Executivo estadual..

Luiz Henrique da Silveira foi um dos mais proeminentes homens públicos catarinenses, com destacada participação na vida política e administrativa e cultural do Estado de Santa Catarina.

Catarinense nascido em Blumenau, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, exerceu a advocacia e o magistério, foi deputado estadual pelo MDB histórico e deputado federal por cinco mandatos, participando inclusive da Constituinte de 1988, ao lado do saudoso deputado Ulysses Guimarães.

Presidiu o PMDB nacional e, no Executivo, foi Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e, por três vezes, Prefeito Municipal de Joinville, alçando-se depois a Governador do Estado, por dois mandatos consecutivos.

Homem culto, de posições políticas firmes e coerentes, deu grande e singular contribuição à cultura catarinense, fazendo instalar em Joinville a primeira escola, fora da Rússia, do mundialmente conhecido Balé Bolshoi.

Depois de destacar-se no comando do Executivo estadual, implementando arrojada política de descentralização administrativa, foi eleito Senador da República, vindo a falecer prematuramente, de forma inesperada, no dia 10 de maio de 2015, aos 75 anos de idade.

Pelos seus exemplos marcantes de dignidade e honradez, demonstrados ao longo de toda a sua brilhante carreira, pública e privada, Luiz Henrique da Silveira reúne méritos de sobra para merecer a singela homenagem que ora está sendo proposta, atribuindo-se oficialmente o seu nome ao Centro de Convenções de Canasvieiras, em Florianópolis, recém concluído pelo Governo do Estado.

Pelas razões expostas, nutro a expectativa de que a presente proposta terá a pronta e imediata aprovação dos meus ilustres pares.

Gean Loureiro

Deputado Estadual

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0160.5/2015

Denomina Luiz Henrique da Silveira o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica denominado Luiz Henrique da Silveira o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Leonel Pavan

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração desse Colegiado projeto de lei que visa denominar Luiz Henrique da Silveira o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, no Município de Balneário Camboriú.

Luiz Henrique da Silveira nasceu em 25 de fevereiro de 1940, no Município de Blumenau, mudando-se para Florianópolis ainda muito novo. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1965.

Iniciou sua vida pública ao se eleger presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, de Joinville, em 1971.

A partir daí, o Senador Luiz Henrique da Silveira traçou uma trajetória de mais 40 anos de vida pública a serviço da nação e, especialmente, do cidadão.

Sua vida política foi coroada por uma sucessão de vitórias: elegeu-se para doze mandatos eletivos consecutivos, sempre pelo MDB/PMDB, dos quais, dois para governador do Estado de Santa Catarina, de 2003/2010; exerceu a presidência do Diretório Nacional do PMDB no período 1993/1996 e assumiu o Ministério de Estado da Ciência e Tecnologia entre 1987 e 1988.

Em 2011 foi eleito Senador da República, com 1.784,19 votos, para um mandato de oito anos, 2011/2019. Faleceu em 10 de maio de 2015.

Este projeto possibilita o reconhecimento de um grande homem público que sempre trabalhou com persistência na tentativa de conquistar um país justo e soberano, alicerçando o eleitor com a política, na busca de uma gestão cada dia mais eficiente e próxima da população.

Deputado Leonel Pavan

*** X X X ***

PROJETO DE LEI PL./0165.0/2015

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, de Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, de Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, com sede no Município de Camboriú, é uma entidade civil, de fins não econômicos, que tem por finalidade a promoção de ações educacionais, culturais e esportivas, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, com base na colaboração recíproca de seus associados.

Deputado Gelson Merisio

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0166.0/2015

Altera a Lei n. 14.123, de 2007, que denomina Almir José Kalbusch a SC-422, que liga Rio Negrinho ao distrito de Volta Grande.

Art. 1º A ementa da Lei n. 14.123, de 1º de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Denomina Almir José Kalbusch a SC-112, que liga Rio Negrinho ao distrito de Volta Grande....." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei n 14.123, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominado Almir José Kalbusch a SC-112, entre Rio Negrinho e o distrito de Volta Grande, do Município de Rio Negrinho....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento a alteração da Lei n. 14.123, de 2007 que denominou Almir José Kalbusch a SC-422, que liga Rio Negrinho ao distrito de Volta Grande.

Iso porque, diversas rodovias estaduais tiveram suas nomenclaturas alteradas, dentre elas a antiga SC-422 que atualmente recebeu o número SC-112.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0167.1/2015

Institui mecanismo de controle do patrimônio público, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Os editais de licitação e contratos de serviços continuados no âmbito dos Poderes Públicos do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, observarão as normas desta Lei, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações.

Parágrafo único - Os editais referentes às contratações de empresas para prestação de serviço contínuo aos órgãos públicos de Santa Catarina, deverão conter expressamente o disposto no art. 9º desta Lei, bem como disposição sobre a obrigatoriedade de observância de todos os seus termos.

Art. 2º - As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, a serem pagas pelos órgãos e entidades dos Poderes Públicos do Estado de Santa Catarina a empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

Parágrafo único - Os depósitos de que trata o caput deste artigo devem ser efetivados em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do órgão ou entidade contratante.

Art. 3º - A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pelo setor responsável do respectivo órgão, na forma do regulamento.

Art. 4º - O montante do depósito vinculada será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação:

- I - 13º salário;
- II - férias e abono de férias;
- III - impacto sobre férias e 13º salário; e
- IV - multa do FGTS.

Parágrafo único - Os valores provisionados para o atendimento deste artigo serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

Art. 5º - Os órgãos contratantes deverão firmar acordo de cooperação com banco público oficial, que terá efeito subsidiário à presente Lei, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, na forma do regulamento.

Art. 6º - A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

I - solicitação pelo órgão contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, de tempo específico do banco público oficial que permita ao órgão contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, na forma do regulamento;

II - assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, de termo específico do banco público oficial que permita ao órgão contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, na forma do regulamento.

Art. 7º - Os saldos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação previsto no art. 6º desta Lei, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 8º - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no art. 5º depositados na conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

Art. 9º - No âmbito dos órgãos públicos, a autoridade competente disporá sobre o setor encarregado de definir, inicialmente, os percentuais a serem aplicados para os descontos e depósitos, como também o setor encarregado de conferir a aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e realizar as demais verificações pertinentes.

Art. 10 - A empresa contratada poderá solicitar autorização do órgão competente para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do contrato.

§ 1º - Para a liberação dos recursos da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - a empresa deverá apresentar ao setor responsável, os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas, conforme regulamento.

§ 2º - Os órgãos públicos, por meio dos setores competentes, expedirão após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria, a autorização de que trata o caput deste artigo, que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa, na forma do regulamento.

§ 3º - A empresa deverá apresentar ao setor competente, no prazo máximo de três dias, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

Art. 11 - O saldo total da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados confirmando a quitação das indenizações trabalhistas, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

§ 1º - A execução completa do contrato só acontecerá quando o contrato comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos empregados.

§ 2º - A falta de saldo suficiente da conta corrente vinculada, não exime a responsabilidade da contratada em quitar os débitos trabalhistas.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das sessões, de maio de 2015.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Lei com o objetivo de garantir o recebimento de todos os direitos trabalhistas/financeiros por parte dos trabalhadores nos serviços das atividades que, pela legislação vigente e a jurisprudência nos Tribunais, são permitidas a contratação por meio de terceiros agentes de serviços de atividade meio), em todos os contratos que forem firmados por Poderes Públicos do Estado de Santa Catarina.

Para fazer justiça, destaco que essa proposição é similar a duas outras proposições que foram apresentadas em outras Assembleias Legislativas. A Deputada Maria Del Carmen (PT) na Bahia, que já foi aprovada e sancionada, tendo se transformado na Lei nº 12.949 daquele Estado. O Deputado Adão Villaverde (PT) no Rio Grande do Sul, e ainda está tramitando como Projeto de Lei.

No ano de 2009, noticiou-se importante avanço nas garantias dos trabalhadores terceirizados, na esfera do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Governo Federal. Trata-se da Instrução Normativa MP nº 3, de 15/10/2009, que revela o empenho do Governo Federal em exercer controle imprescindível sobre o cumprimento dos direitos dos empregados terceirizados, devidos pelas empresas que prestam serviços aos órgãos públicos.

A disciplina surge, portanto, em resposta à inadimplência dos direitos dos trabalhadores terceirizados nas atividades atualmente permitidas, por força da condenação sistemática em responsabilidade subsidiária, fruto de reclamações trabalhistas, que se solidificou na Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho. A referida Súmula é paradigma de nova postura a ser observada pelos órgãos de todos os poderes públicos do país.

Principalmente na fase final dos contratos, mas muitas vezes durante, as empresas contratadas deixavam de pagar os direitos laborais devidos por Lei a seus empregados, abandonando-se os trabalhadores lesados à própria sorte, até que o serviço viesse a ser paralisado ou mesmo após a extinção dos contratos, no caso de recurso só Judiciário.

A entidade pública se viu obrigada, então, pela Justiça, a pagar esses direitos. Acabava, dessa forma, pagando duas vezes pelo mesmo serviço: primeiro, ao efetuar o pagamento das faturas à empresa; segundo, ao quitar na Justiça, os direitos por ela inadimplidos. E o trabalhador, enfrentando os duros reverses em situação de penúria, enquanto aguardava a solução a solução jurídica.

O Procurador do Trabalho, do TRT da 3ª Região, de Minas Gerais, Hélder Santos Amorim, comentando a importância paradigmática da Súmula 331 do TST, ressalta com muita clareza: "Neste caso, o Poder Público contratante é sistematicamente condenado na Justiça do Trabalho a pagar os direitos inadimplidos e, via de regra, é o patrimônio público que arca com essa conta, seja porque a garantia contratual oferecida pelas empresas no início do contrato é insuficiente para satisfação de um grande passivo

trabalhista, seja porque as empresas geralmente não possuem qualquer patrimônio disponível à execução judicial, o que a legislação não exige, em nome da plena liberdade de concorrência (Constituição, art. 37, XXII). Lesam-se, de uma só vez, os direitos fundamentais dos trabalhadores e o patrimônio público.

A verdade é que, ao criar mecanismos de controle do patrimônio público, as novas diretrizes normativas acabam por intuir um verdadeiro sistema de solidariedade do Poder Público para com a implementação dos direitos fundamentais dos trabalhadores terceirizados, em cumprimento ao art. 7º da Constituição, o que constitui dever constitucional do Estado Democrático de Direito, razão pela qual essas novas medidas devem ser de plano adotadas pelos entes públicos, sob pena de responsabilidade dos gestores públicos que se omitirem em sua adoção, consistindo assim num importante passo para a humanização das relações de trabalho no Brasil”.

Outra iniciativa importante é a Resolução nº 98, de 2009, baixada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que “dispõe as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário” (in:www.cnj.jus.br; acesso em 21.2.2011).

Considerando a responsabilidade subsidiária dos Tribunais, no caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada para prestar serviços terceirizados, considerando a jurisprudência dos Tribunais trabalhistas e considerando, também, que os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas são pagos mensalmente à empresa, a título de reserva, para utilização nas situações previstas em Lei, o CNJ determinou que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelos Tribunais e Conselhos às empresas sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial (art. 1º). Esses valores, obtidos por meio da aplicação de percentuais previstos na proposta, deixam de compor o valor do pagamento mensal devido à empresa (art. 8º).

A iniciativa que ora propomos à apreciação desta Casa Legislativa, ampara-se no princípio constitucional do Estado democrático de direito que se fundamenta na implantação de medidas que assegurem a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (CF, art. 1º), entre outros fundamentos. De igual forma, visa contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (CF, art. 2º), promovendo o bem e a segurança dos trabalhadores terceirizados.

Ademais, visa criar condições para impedir o descumprimento de direitos trabalhistas já assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal e pela CLT. De outro ângulo, criam-se condições que reforçam o dever de zelar pela guarda da

Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público (CF, art. 23).

A implementação dessas normas no Estado de Santa Catarina representará avanço significativo nas práticas administrativas que devem buscar, a qualquer preço, a garantia do interesse público e do bem comum.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, de maio de 2015

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETO DE LEI PL./0168.2/2015

Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacaridoses (MPS), a ser promovido, anualmente, no dia 15 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacaridoses (MPS), a ser promovido, anualmente, no dia 15 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacaridoses (MPS) tem como objetivo a realização de ações, visando:

- I - difundir informações e esclarecimentos à sociedade que facilitem o diagnóstico da doença e acesso ao tratamento; e
- II - fomentar a inclusão profissional das pessoas com essa patologia e promover a melhoria de sua qualidade de vida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir o Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacaridoses (MPS), a ser

promovido, anualmente, no dia 15 de maio, com intuito de divulgar informações, promover encontros e troca de experiências, ampliar conhecimentos profissionais sobre a doença, buscar a inclusão e conscientizar a população catarinense dessa doença genética rara, pouco conhecida e divulgada.

A data foi escolhida pela Organização Mundial da Saúde, como o Dia Mundial da Mucopolissacaridose e foi reconhecido no Brasil através da Lei nº 13.122, de 13 de maio de 2015.

As Mucopolissacaridoses são doenças hereditárias metabólicas graves, que levam à deterioração crônica e progressiva do organismo, com alterações nos ossos, nas articulações e nas capacidades auditivas, oftalmológicas e cardiovasculares. É também comum que as pessoas acometidas pela doença tenham algum grau de retardo do desenvolvimento psicomotor.

Mucopolissacaridoses ou MPS é um subgrupo das doenças de depósito lisossômicos (DDL), as quais pertencem ao ainda maior grupo de doenças genéticas do metabolismo, causadas por deficiência de enzimas, que, juntas, afetam cerca de um em cada 25.000 nascidos vivos por ano no mundo.

Nas MPS, existe a deficiência ou falta de uma determinada enzima nos lisossomos, o que leva ao acúmulo de glicosaminoglicanos (GAG), conhecida como Mucopolissacarídes. Os glicosaminoglicanos são moléculas que possuem em sua composição açúcares que se ligam a uma proteína central. Essa molécula absorve água em demasia, adquirindo uma consistência viscosa, promovendo assim a lubrificação entre os tecidos, permitindo o deslizamento na movimentação entre eles. Essa diminuição de atrito entre os tecidos provoca, por exemplo, o movimento das articulações ósseas. Tal acúmulo leva à disfunção na lubrificação dos órgãos, causando danos progressivos.

Uma das características dessas síndromes pode ser observada nas mãos, que ficam com dedos "encurvados" para dentro e "grossos", detalhe usado no logotipo da maioria das Associações de MPS existentes no mundo.

São frequentes, também, algumas alterações no rosto, enrijecimento das articulações, dificuldades respiratórias e cardíacas, alterações no crescimento, deformações ósseas, aumento do fígado e baço e das mucosas em geral, além de deficiência visual, auditiva e retardamento mental.

Pesquisas estão sendo realizadas em vários países, e os tratamentos existentes não oferecem uma cura, mas melhoram a qualidade de vida de pacientes e familiares.

No Brasil existem mais casos de Mucopolissacaridose do que se imagina, contabilizando 600 pessoas. De acordo com a Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose, no estado de São Paulo estima-se que existam 150 casos confirmados.

No Brasil existem várias associações de portadores de Mucopolissacaridose, sendo as duas principais, a Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose e Doenças Raras (APMPS) e a Associação Catarinense de Mucopolissacaridose e Outras Doenças Raras (ACAMU), que servem para ajudar legal e psicologicamente os familiares e portadores de mucopolissacaridose. Em Santa Catarina, a ACAMU desenvolve um trabalho de referência com as pessoas portadoras de Mucopolissacaridose, no encaminhamento para o diagnóstico, tratamento com aplicação de enzimas, suporte para pacientes e familiares, palestras de informação e conscientização nas instituições especializadas de educação especial, mais especificamente nas APAEs.

Por todo o exposto, contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Deputado José Nei Alberton Ascari

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 169/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 112

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/15

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONJUNTA SES/SPG nº 0001/2015
Florianópolis, 04 de maio de 2015

Senhor Governador,

Com o objetivo de reduzir os reflexos derivados da queda de arrecadação decorrente da unificação do ICMS, a União, por meio do BNDES, abriu linha de financiamento em benefício de Estados da Federação afetados pela queda na receita, incluindo Santa Catarina, destinada à aplicação de recursos em projetos estruturantes nas áreas da saúde, educação, segurança pública e outras.

Como é do vosso conhecimento, o BNDES tem sido parceiro do Estado de Santa Catarina no financiamento das obras contempladas pelo PACTO. Entretanto, a burocracia de análise e aprovação dos projetos individualmente tem dificultado sobremaneira a agilidade dos investimentos, com vital importância para o atendimento dos anseios da sociedade catarinense.

Nessa perspectiva, a iniciativa de criação de um Fundo Estadual tornaria mais célere e menos burocrática a execução dos projetos do Governo do Estado, haja vista a possibilidade de capitalização do fundo com os recursos dos financiamentos do BNDES.

O repasse pretendido se coaduna com a Política Nacional de Saúde, de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade civil, bem como com a Constituição Federal na parte que reserva a todos os entes federados a competência de cuidar da saúde e assistência pública, permitindo a participação das instituições privadas de forma complementar no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos (art. 23, II e art. 199, § 1º).

Os recursos do Fundo poderão ser repassados aos Municípios, entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem fins lucrativos, por meio de transferências voluntárias, convênio ou outro ajuste de direito público, para aplicação em despesas de capital específicas para construção, reforma e ampliação de prédios na área da saúde e para aquisição de equipamentos permanentes, mobiliário e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde.

A gestão do INVESTSAÚDE será realizada pelo Secretário de Estado da Saúde ou por servidor por ele designado, a quem competirá, dentre outras atribuições, propor as diretrizes operacionais a serem observadas pelo Grupo Gestor de Governo; realizar e acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos do INVESTSAÚDE; analisar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos Municípios interessados; examinar e aprovar as contas dos recursos repassados; elaborar relatórios mensais de desempenho, constando os Municípios contemplados com as verbas do INVESTSAÚDE e seus respectivos projetos, valores despendidos e saldo atualizado do Fundo, a serem apresentados ao Chefe do Poder Executivo, no Portal Transparência do Governo do Estado e exercer as demais atribuições indispensáveis à gestão do INVESTSAÚDE. As atribuições de gestão do INVESTSAÚDE poderão ser delegadas à instituição financeira oficial com competência para tanto, na condição de mandatária.

O Poder Executivo também poderá ser autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, criar e extinguir unidade orçamentária e abrir crédito especial.

Assim, submetemos à apreciação de Vossa Excelência minuta do projeto de lei que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE).

Posto isto e, considerando a urgência do Projeto de Lei, propomos que Vossa Excelência solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Gelson Merisio, celeridade na tramitação do Projeto, para que possamos atender as demandas de infraestrutura e material dos Municípios, na área da saúde, visando prestar um atendimento digno e humanizado aos cidadãos que utilizam os serviços de saúde, melhorando significativamente os indicadores específicos e a qualidade de vida dos catarinenses.

Respeitosamente
João Paulo Karam Kleinubing
Secretário de Estado da Saúde
Murilo Xavier Flores
Secretário de Estado do Planejamento

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER COJUR Nº 675/2015**

OBJETO: - Anteprojeto de Lei Estadual que objetiva instituir o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE

DESTINO: Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - GABS

Senhor Secretário,

Trata-se do Anteprojeto de Lei Estadual que tem por objeto instituir o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE, o qual tem por finalidade a promoção do desenvolvimento das atividades e serviços de saúde nos municípios catarinenses.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que para confecção do Anteprojeto de Lei é necessária a observação das regras dispostas no art. 7º do Decreto n. 2.382/14:

"Art. 7º A elaboração de anteprojetos de lei, medida provisória e decreto deverá observar o disposto na Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 1.414, de 1º de março de 2013, os procedimentos e as exigências de que trata este Decreto e também o seguinte.

I - a Secretaria de Estado proponente deverá consultar, previamente, os demais órgãos ou entidades afetos à matéria a ser disciplinada e instá-los para que se manifestem nos autos de processo a ser remetido à SCC;

II - a exposição de motivos deverá conter explicações substanciais de mérito e, em se tratando de anteprojeto de lei e medida provisória deve ainda subsidiar a mensagem governamental e o entendimento dos deputados, e, sempre que a proposição assim exigir, tramitá-la instruída com documentos, dados e justificativas técnicas ou jurídicas, como pareceres, informações, notas, relatórios, tabelas e gráficos;

III - a proposta de alteração de lei ou decreto deverá ser acompanhada de comparativo entre a redação em vigor e a pretendida, explicitando as modificações, devidamente fundamentadas técnica e juridicamente, bem como suas consequências;"

Não obstante, o mesmo instrumento normativo esclarece que é competência da Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC, por meio da Diretoria de Assuntos Legislativos - DIAL a intermediação entre Executivo e Legislativo: "Art. 24º Todo o relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo estadual referente ao processo legislativo deve ser efetuado pela SCC, por sua DIAL", razão pela qual esclarecemos que, ao fim, esta manifestação será encaminhada ao referido órgão.

Ademais, cabe esclarecer as competências da DIAL quanto à redação do texto final da norma:

"Art. 10. Compete à DIAL a redação final de anteprojeto de lei e de decreto, mensagem, ofício de encaminhamento, resposta a diligência, pedido de informação, moção, requerimento, indicação e demais solicitações oriundas da ALESC.

§ 1º Também é de competência da DIAL a numeração de lei, medida provisória, decreto, mensagem, ofício de encaminhamento, resposta a diligência, pedido de informação, moção, requerimento, indicação e demais solicitações oriundas da ALESC.

§ 2º Após a formatação das proposições de que trata o caput deste artigo e a aplicação da técnica legislativa, se não houver alterações substanciais, a gerência competente da DIAL encaminhará a versão final da minuta para análise e manifestação do proponente e de sua consultoria jurídica, por mensagem eletrônica, a ser respondida pelo mesmo meio, observado o disposto no § 1º do art. 4º e no art. 6º desta Instrução Normativa.

§ 3º Caso haja alterações substanciais na proposição original das minutas de que trata o § 2º deste artigo, os autos de processo deverão ser restituídos para análise e manifestação do proponente e de sua consultoria jurídica, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

§ 4º Todas as alterações redacionais solicitadas pelo proponente devem ser realçadas na minuta com cor que permita sua imediata visualização.

§ 5º O Diretor de Assuntos Legislativos ou as gerências da DIAL poderão consultar os órgãos proponentes, suas consultorias jurídicas, diretorias ou gerências, bem como os demais órgãos ou as demais entidades da administração pública estadual, por meio de mensagem eletrônica, a fim de sanar dúvidas pontuais quanto à redação de anteprojetos de lei e de decreto e se não for necessária a devolução dos autos de processo.

§ 6º As mensagens eletrônicas de que tratam os §§ 2º e 5º deste artigo e outras relacionadas diretamente à proposição deverão integrar os autos de processo e ser incluídas pelas gerências da DIAL como peças no SGP-e, excetuados os autos de processo com tramitação sigilosa, a pedido do proponente.

Art. 11. O anteprojeto de decreto regularmente instruído e seus respectivos autos de processo físico serão encaminhados ao proponente para assinatura e aposição de rubrica em todas as laudas e posteriormente devolvidos à DIAL, com vistas ao prosseguimento de seu trâmite para referenda dos titulares das Secretarias de Estado e/ou do Procurador-Geral do Estado e assinatura do Chefe do Poder Executivo, observando-se que a lauda oficial não deverá ser autuada, perfurada, carimbada, grampeada nem rasurada" (Instrução Normativa n. 001SCC-DIAL, de 8 de outubro de 2014).

Já no tocante às competências desta Secretaria, destacamos o seguinte enunciado:

"Art. 67. À Secretaria de Estado da Saúde compete coordenar a política de saúde no âmbito do Estado, em observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, desenvolvendo as seguintes atividades:

I - desenvolver capacidade institucional e definir políticas e estratégias de ação em relação às suas macrofunções de planejamento, gestão, regulação, acompanhamento, avaliação e controle;

II - organizar e acompanhar, regionalmente, no âmbito municipal e estadual, o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde;

(...)

X - formular e implementar política de promoção da saúde de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e com os Municípios;

(...)

XV - coordenar as políticas e ações programáticas de assistência em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS" (Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007).

Isto exposto, passamos à análise da possibilidade de confecção da norma que visa inovar o ordenamento jurídico, criando o Fundo Catarinense para Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE.

O art. 1º Anteprojeto de Lei define o objetivo do fundo, que é promover o desenvolvimento dos municípios catarinenses mediante apoio financeiro aos planos de trabalho municipais de investimento.

Estabelece o art. 2º a origem das receitas que constituirão o INVESTSAÚDE, tendo como principal fonte os recursos decorrentes do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interna, mediante Abertura de Crédito nº 13.2.0026.1, firmado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Já o art. 3º, versa sobre a gestão do INVESTSAÚDE que será realizada pelo Secretário de Estado da Saúde ou por servidor por ele designado, bem como indica as competências do referido gestor.

O art. 4º dispõe sobre a possibilidade de repasse aos municípios e às entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação nos investimentos necessários na área da saúde.

Os artigos 5º e 6º tratam da forma de movimentação dos recursos financeiros, que se dará por meio de conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial e das adequações necessárias ao Plano Plurianual (PPA 2012-2015).

Ademais, esclarecemos que a área técnica da Superintendência de Planejamento e Gestão - SUG, por meio de Parecer Técnico, abordou exaustivamente o tema, analisando as ações específicas, o custo-benefício, interesse econômico e social da operação, bem como a necessidade e conveniência da criação do referido Fundo.

Por fim, cumpre destacar que a competência do Estado para disciplinar a matéria está contida nos artigos 23, II e 196, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, como também, esclarecemos que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a matéria, conforme inciso III do art. 71 da Constituição Estadual. Além disso, informamos que a presente minuta Anteprojeto de Lei é meio normativo adequado para criação de Fundo que visa proporcionar aporte financeiro para execução de atividades e desenvolvimento aos cidadãos que utilizam os serviços públicos de saúde.

Deste modo, esta Consultoria verifica que não existem óbices legais a proposição do Anteprojeto de Lei Estadual que objetiva instituir o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE.

É o parecer.

Florianópolis, 10 de abril de 2015

Daniel Cardoso
Procurador do Estado
Consultor Jurídico

PROJETO DE LEI Nº 169/2015

Institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE), vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (SES), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos Municípios catarinenses, mediante apoio financeiro aos planos de trabalho municipais de investimento.

Art. 2º Constituem receitas do INVESTSAÚDE:

I - os recursos a ele destinados decorrentes do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interna, mediante Abertura de Crédito nº 13.2.0026.1, firmado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012;

II - os rendimentos de aplicação financeira de seus recursos; e

III - os recursos provenientes de outras fontes de receita, inclusive as decorrentes de financiamentos contratados com a finalidade de apoiar investimentos nos Municípios.

Parágrafo único. Os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro constituem receita do INVESTSAÚDE, devendo ser aplicados em seus objetivos, conforme disposto nos arts. 1º e 4º desta Lei.

Art. 3º A gestão do INVESTSAÚDE será realizada pelo titular da SES ou por servidor por ele designado, a quem competirá:

I - propor as diretrizes operacionais a serem aprovadas pelo Grupo Gestor de Governo;

II - realizar e acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos do INVESTSAÚDE;

III - analisar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos Municípios interessados;

IV - examinar e aprovar as contas dos recursos repassados;

V - elaborar relatórios mensais de desempenho, nos quais deverão constar os Municípios contemplados com as verbas do INVESTSAÚDE e seus respectivos projetos, valores despendidos e saldo atualizado do Fundo, a serem apresentados ao Chefe do Poder Executivo e disponibilizados no Portal Transparência do Governo do Estado; e

VI - exercer as demais atribuições indispensáveis à gestão do INVESTSAÚDE.

Parágrafo único. As atribuições de gestão do INVESTSAÚDE poderão ser delegadas à instituição financeira oficial com competência para tanto, na condição de mandatária.

Art. 4º Os recursos do INVESTSAÚDE compreendidos no Programa Acelera Santa Catarina poderão ser repassados a Municípios, entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação nos seguintes investimentos:

I - construção, reforma e ampliação de prédios na área da saúde; e

II - aquisição de equipamentos permanentes, mobiliário e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde.

§ 1º Para serem contemplados com os recursos do INVESTSAÚDE, os Municípios interessados deverão comprovar o atendimento das condições constitucionais e legais exigidas para recebimento de transferências voluntárias, observado o disposto no § 3º do art. 25 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, quanto aos investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 2º Os recursos do INVESTSAÚDE deverão ser aplicados exclusivamente em despesas de capital.

§ 3º A aplicação dos recursos do INVESTSAÚDE não estará sujeita ao disposto no art. 79 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 5º Os recursos do INVESTSAÚDE serão movimentados em conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, criar e extinguir unidade orçamentária e abrir crédito especial para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 170/15**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM)".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15*

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 145/2015 Florianópolis, 12 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor
RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado
Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar no montante de R\$ R\$ 81.275.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais) sendo R\$ 31.275.000,00 (trinta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais) em favor da Procuradoria Geral do Estado e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em favor do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios.

A abertura de crédito suplementar, torna-se necessária para atender despesas com sentenças judiciais (31.90.91) na Procuradoria

ANEXO I

				Ano-base: 2015
Ato Normativo	2015AN000574			
Órgão	52000	Secretaria de Estado da Fazenda		
Unidade Orçamentária	52002	Encargos Gerais do Estado		
Subação	Amortização e encargos de contratos de financiamentos internos - EGE			
Código	28.846.0990.0753.003562			
4	Despesas de Capital			
46	Amortização da Dívida			
46.90	Aplicações Diretas			
46.90.71 (0.1.00)	Principal da Dívida Contrat. Resgatado			R\$ 31.275.000,00
Órgão	53000	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
Unidade Orçamentária	53001	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
Subação	Adequação do canal de acesso aos portos de Itajaí e Navegantes - nova bacia de evolução			
Código	26.784.0150.2178.012639			
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			
44.90	Aplicações Diretas			
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações			R\$ 17.000.000,00
Subação	Construção do acesso rodoviário ao Porto de Imbituba - Via Expressa Portuária			
Código	26.782.0150.2178.012638			
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			
44.90	Aplicações Diretas			
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações			R\$ 6.000.000,00
Subação	Derrocagem e remoção de lajes na bacia de evolução do Porto de São Francisco do Sul			
Código	26.784.0150.2178.012637			
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			
44.90	Aplicações Diretas			
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações			R\$ 6.000.000,00
Subação	Implantação do acesso rodoviário ao Porto de São Francisco do Sul			
Código	26.783.0150.2178.012636			
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			

Geral do Estado e auxílios (44.40.42) no Fundo Estadual de Apoio aos Municípios.

Para efetuar a alteração pretendida serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas aos programas de trabalho da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Departamento Estadual de Infraestrutura e Encargos Gerais do Estado.

Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelos órgãos, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem em regime de urgência, acompanhada de projeto de lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 170/2015

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 81.275.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais), sendo R\$ 31.275.000,00 (trinta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais) em favor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em favor do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), com vistas ao atendimento da programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas na programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 6.000.000,00
Unidade Orçamentária	53025	Departamento Estadual de Infraestrutura	
Subação	Pavimentação da SC-390, trecho Anita Garibaldi - Celso Ramos		
Código	26.782.0110.0057.001239		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 8.000.000,00

Subação	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - Entr. SC-114 - Itaió - Entr. SC-112 - Dr. Pedrinho		
Código	26.782.0110.0057.000335		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (4.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 7.000.000,00

Total R\$ 81.275.000,00

ANEXO II

Ano-base: 2015

Ato Normativo	2015AN000574		
Órgão	41000	Gabinete do Governador do Estado	
Unidade Orçamentária	41002	Procuradoria-Geral do Estado	

Subação	Pagamento de sentenças de pequeno valor - PGE		
Código	03.061.0900.0286.008036		
3	Despesas Correntes		
31	Pessoal e Encargos Sociais		
31.90	Aplicações Diretas		
31.90.91 (0.1.00)	Sentenças Judiciais		R\$ 31.275.000,00

Órgão	52000	Secretaria de Estado da Fazenda	
Unidade Orçamentária	52090	Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	

Subação	Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios		
Código	04.123.0101.2248.012719		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.40	Transferências a Municípios		
44.40.42 (0.1.91)	Auxílios		R\$ 50.000.000,00

Total R\$ 81.275.000,00

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 171.8/2015

Denomina Luiz Henrique da Silveira o Anel Rodoviário de Criciúma, trecho entroncamento SC-108 (para Cocal do Sul) - entroncamento SC-445 (para Siderópolis), no Município de Criciúma.

Art. 1º Fica denominado Luiz Henrique da Silveira o Anel Rodoviário de Criciúma, trecho entroncamento SC-108 (para Cocal do Sul) - entroncamento SC-445 (para Siderópolis), no Município de Criciúma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração desse Colegiado projeto de lei que visa denominar Luiz Henrique da Silveira o Anel Rodoviário de Criciúma, trecho entroncamento SC-108 (para Cocal do Sul) - entroncamento SC-445 (para Siderópolis), no Município de Criciúma.

A homenagem póstuma ao Senhor Luiz Henrique da Silveira baseia-se em seu histórico exemplar de referência política no Estado e no País, nas últimas décadas, e no seu esforço para o desenvolvimento de Santa Catarina.

A concretização da obra acima mencionada, bem como a de muitas outras na região de Criciúma e no Estado, devem-se, em grande parte, ao empenho dessa figura ímpar, de trabalho reconhecido em nível nacional.

Este projeto é uma solicitação de moradores dos Municípios de Criciúma e Siderópolis, em respeito ao Senador Luiz Henrique da Silveira, possibilitando assim o reconhecimento de um grande homem público que sempre trabalhou com persistência na tentativa de conquistar um país justo e soberano.

Deputado Luiz Fernando Vampiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0172.9/2015

Dispõe sobre a realização da edição anual dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC).

Art. 1º A realização da edição anual dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC) ocorrerá sempre 30 (trinta) dias após o término dos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC).

Art. 2º A cidade-sede dos PARAJASC será a mesma em que ocorrer a edição anual dos JASC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/15

JUSTIFICATIVA

Os Jogos Abertos Paradesportivos são evento de grande importância, haja vista reforçar, cada vez mais, o compromisso primordial com a educação e com toda a sociedade.

Além disso, esses jogos têm por finalidade favorecer o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, bem como sua integração à sociedade, pela prática desportiva. O esporte proporciona aos atletas com deficiência a superação das próprias limitações.

Ocorre que os Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC) têm sido afetados pelo fato de não haver datas e locais pré-definidos para a sua realização, o que dificulta a organização de um cronograma de treinos e preparação dos para-atletas.

Assim sendo, a proposta em comento pretende vincular a realização dos PARAJASC para 30 (trinta) dias após a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina, e na mesma cidade-sede. Desse modo, entende-se que a utilização de uma estrutura já montada, com antecedência de 30 (trinta) dias, trará maior integração e preparação aos para-atletas e, consequentemente, um aumento considerável de público.

Por fim, visto a relevância da proposta, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Deputado Gelson Merisio

*** X X X ***